

A COMUNIDADE FORA DE PORTAS



RAFAELA SOFIA ASCOLI DE LIMA SANTOS

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a conclusão do curso, orientado pelo Professor Pascal Machado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Rafaela Sofia Ascoli de Lima Santos
Orientador: Prof. Pascal Machado

Recife, 2023.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Rafaela Sofia Ascoli de Lima.

A comunidade fora de portas: mercado público como motor de cidadania
para o Pilar / Rafaela Sofia Ascoli de Lima Santos. - Recife, 2023.
88 : il.

Orientador(a): Pascal Machado

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Mercado público. 2. Conservação. 3. Gentrificação. 4. Comunidade do
Pilar. 5. Urbanismo. I. Machado, Pascal. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Desenvolver esse trabalho foi um dos processos mais gratificantes e desafiadores que já passei na vida. Eu sabia que era capaz, mas nos momentos em que me esqueci disso, a vida fez a gentileza de me rodear de pessoas que me recordaram.

Ao professor Pascal Machado, meu orientador, que sempre arranjava um tempinho no meio da correria para responder com muita paciência às minhas milhares de perguntas, muito obrigada.

À minha mãe Ana Kátia e meu pai Flávio, que sempre me apoiaram, vibraram com minhas conquistas e deram todo o suporte e amor possível para que eu chegasse até aqui. Ao meu irmão Matheus, cujo diploma em engenharia veio junto com uma intimação para ajudar a solucionar minhas dúvidas nas madrugadas. Às minhas avós, Antônia e Anunciada, que sempre serão meus refúgios. Ao meu avô José, com quem tenho as conversas mais interessantes. Aos meus tios Andréa, Arabelly, Fabiana, Roberto e Sandra, que torceram por mim. À Allan, meu tio e professor de história, que contribuiu diretamente para minha aprovação para o curso de arquitetura. Sem eles, esse momento seria só um sonho distante.

Aos meus amigos Giulia, Juliana, Franciely, Rafaela, Kírlia e Filipe, que me deram muito apoio, cada um a seu modo, durante essa trajetória.

Ao professor Kal Prado, um dos primeiros a enxergar meu empenho quando me convidou para ser sua monitora.

À empresa júnior Arco Consultoria, minha família da faculdade, aonde pude ser arquiteta, gerente de vendas e estudante ao mesmo tempo.

Ao GE11, por compartilharmos todos os perrengues, brincadeiras e noites em claro fazendo projetos durante esses anos de curso. Deu certo! Agora nos alegamos com as conquistas uns dos outros.

À toda a equipe FG+M Arquitetos, pelos imensuráveis ensinamentos durante esses anos, em especial Bruno e Gabriel. Espero um dia ser tão boa quanto vocês.

À barraqueira Ísis, aos diversos moradores do Pilar com quem conversei e às professoras Caroline e Ana Lúcia. Suas contribuições foram essenciais para a conclusão deste estudo.

E, por fim, à Universidade Federal de Pernambuco, minha segunda casa, por todo o conhecimento e amigos que recebi.

Sem dúvidas, trabalhar com a comunidade do Pilar me tornou uma arquiteta melhor. A eles, meu muito obrigada. Espero ter contribuído de alguma forma.

RESUMO

O presente trabalho resulta das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, sendo desenvolvido ao longo dos anos de 2022 e 2023, sob a orientação do Professor Pascal Machado. O trabalho tem por objetivo um exercício projetual a nível de estudo preliminar de um Mercado Público na Comunidade do Pilar, em Recife - Pernambuco, em duas quadras vazias, sendo inserida uma nova arquitetura em harmonia com o sítio arqueológico existente, promovendo a conservação das ruínas do Forte de São Jorge e buscando, ainda, a integração do lugar ao contexto urbano do Bairro do Recife.

ABSTRACT

The present study is the result of the disciplines of Final Paper I and II, of the Architecture and Urbanism Course at the Federal University of Pernambuco, being developed over the years 2022 and 2023, under the guidance of Professor Pascal Machado. The aim of the work is a design exercise to carry out a kind of preliminary study project of a public market in the Community of Pilar in Recife - Pernambuco, in two empty blocks, inserting a new architecture in harmony with the existing archaeological site, promoting the conservation of the ruins of the Fort of São Jorge, and also seeking to integrate the place into the urban context of the Recife neighborhood.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

parte 1

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	HISTÓRIA	15
	2.1 A LINGUETA	16
	2.2 POVOADO DOS ARRECIFES	17
	2.3 FORA DE PORTAS	18
	2.4 DE FAVELA DO RATO À COMUNIDADE DO PILAR	19
	2.5 PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE	20
	2.6 PLANO DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E INCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DO PILAR	21
	2.7 ACHADOS ARQUEOLÓGICOS.....	21
3.	CONCEITOS	24
	3.1 MERCADO PÚBLICO	25
	3.2 PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO	28
	3.3 CONSERVAÇÃO	30

4.	ESTUDOS DE CASO	31
	4.1 MERCADO DEL BORN	32
	4.2 MERCADO DE ENCANTS.....	35
	4.3 MERCADO DA ENCRUZILHADA.....	36
5.	PILAR DE RESISTÊNCIA	38
	5.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BAIRRO E O RECORTE DE INTERVENÇÃO	45
	5.2 LEGISLAÇÃO INCIDENTE.....	56
6.	A INTERVENÇÃO	62
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
8.	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE	86

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Histórico de Ocupação do Bairro do Recife
- Figura 2 - Esquema das fortificações e portas da Cidade Maurícia
- Figura 3 - Vista da Cidade Maurícia, de Frans Post (1657).
- Figura 4 - Rua do Pilar no século XX, antes de ser demolida.
- Figuras 5 a 10- Reportagens a respeito do sítio do Pilar.
- Figuras 11 e 12 - Aula de campo com turma de arqueologia da UFRPE no sítio do Pilar.
- Figura 13 - Área de escavações no sítio do Pilar.
- Figura 14 - Fundações de edificações antigas.
- Figura 15 - Mapeamento arqueológico inicial das ruínas da quadra 45.
- Figura 16 - Mercado del Born
- Figura 17 - Construção do mercado
- Figura 18 - Planta de situação com sobreposição do traçado histórico (mercado em vermelho).
- Figura 19 - Planta baixa do mercado e entorno urbano.
- Figura 20 - Seção transversal do mercado
- Figura 21 - Interior do mercado
- Figura 22 - Interior do mercado
- Figura 23 - Entorno do mercado
- Figura 24 - Mercado de Encants
- Figura 25 - Seção do mercado
- Figura 26 - Mercado da Encruzilhada
- Figura 27 - Zoneamento do Mercado da Encruzilhada
- Figuras 28 à 35 - Zoneamento do Mercado da Encruzilhada
- Figura 36 - Habitações precárias no Pilar
- Figura 37 - Criança com pés descalços
- Figura 38 - Interior de habitação precária
- Figura 39 - Mulher lavando objetos em bacias
- Figura 40 - Homem sentado no jardim de casa
- Figura 41 - Família em habitação precária
- Figura 42 - Mapa do estado de Pernambuco, Brasil
- Figura 43 - Mapa do Município de Recife, Pernambuco
- Figura 44 - Mapa das RPAs do Recife
- Figura 45 - Mapa do Bairro do Recife
- Figura 46 - Localização da comunidade do Pilar
- Figura 47 - Mapa de pontes de acesso e rios do bairro do Recife
- Figura 48 - Estudo de Mobilidade no bairro do Recife

- Figura 49 - Imagem aérea da comunidade do Pilar e entorno próximo.
- Figura 50 e 51 - Entorno da comunidade
- Figura 52 à 55 - Comunidade do Pilar.
- Figuras 56 à 62 - Comunidade do Pilar.
- Figura 63 - Igreja Nossa Senhora do Pilar e ocupações do entorno.
- Figura 64 - Habitacionais do Pilar.
- Figura 65 - Crianças da comunidade.
- Figura 66 -Moinho Recife Business & Life
- Figura 67 - Yolo Coliving
- Figura 68 - Pesquisa realizada pelo projeto
- Figura 69 - Mapa de usos do entorno da Comunidade do Pilar
- Figura 70 - Mapa de mercados públicos do Recife
- Figura 71 - Mapa de mercados públicos no entorno do bairro do Recife
- Figura 72 - Comércio de peixe no Pilar
- Figura 73 - Mapa Nolli do entorno da Comunidade do Pilar
- Figura 74 -Esquema evidenciando os eixos de visadas
- Figura 75 -Esquema de sobreposição dos mapas de diferentes períodos
- Figura 76 - Estudo de incidência de sol e ventos.
- Figura 77 - Esquema de concepção
- Figura 78 - Mapa de fluxos e zoneamento
- Figura 79- Zoneamento do Mercado do Pilar em perspectiva
- Figura 80 - Zoneamento do Mercado do Pilar em planta baixa
- Figura 81- Esquema de cobertura, portas expositoras e museu de ruínas
- Figura 82 - esquema do procedimento de drenagem
- Figura 83 - Acesso principal do mercado
- Figura 84 - Acesso principal do mercado e exemplo de atividade para o espaço multiuso
- Figura 85 à 88 – Perspectivas
- Figura 89 – Perspectiva
- Figuras 90 à 93 – Perspectivas
- Figura 94 – Perspectiva
- Figura 95 – Perspectiva
- Figura 96 - Implantação do projeto
- Figura 97 - Planta baixa projetual
- Figura 98 - Estrutura da cobertura do mercado
- Figura 99 - Estrutura da cobertura do pátio de quiosques
- Figura 100 - Mobiliário urbano
- Figura 101 - Boxes do mercado

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Fora de Portas. O que você pensa quando lê essa expressão? Qual sensação ela te causa? Quem não conhece o termo pode pensar ser um título escolhido de forma aleatória, para causar impacto no leitor. Por outro lado, quem conhece a história do Bairro do Recife além do glamourizado “Recife Antigo” sabe que não. Esse termo não foi criado por mim e, na verdade, é bem antigo, remonta de 1641, quando são construídas fortificações em torno da Cidade Maurícia, que ocupava o trecho sul do istmo do Recife. Essa cidade era acessada por três portas construídas em suas extremidades. As terras que ficavam além dessas eram destinadas ao depósito do lixo gerado e foi ali, na região denominada como “fora de portas”, que se instalou a população marginalizada pela capital pernambucana. Em 1886, o escritor pernambucano Carneiro Vilela, ao descrever o “Beco das Barreiras”, na Boa Vista, em seu romance intitulado “A emparedada da Rua Nova”, compara-o ao Fora de Portas, dizendo que “era um lugar de má fama e de perigosíssima abordagem, onde se abarracava essa população heterogênea, formada de mulheres de soldado, de maridos de prostituta, de ladrões noturnos e de indivíduos de todas as espécies e profissões inconfessáveis”.

Em 2023, mesmo após a passagem de quase quatro séculos, a realidade da região equivalente ao “fora de portas” não mudou muita coisa. Aliás, pode-se dizer que até piorou em alguns pontos, uma vez que até o ano de 2000 a localidade era nomeada como Favela do Rato, mesmo estando no centro histórico do Bairro do Recife e rodeada por importantes edificações de uso institucional, industrial e educacional, badaladas áreas de comércio, turismo e lazer, e, recentemente, luxuosos condomínios de classe média alta. Todos esses lugares refletem o impulsionamento realizado pelo governo do Estado no Bairro do Recife, que, em 1992, foi setorizado em cinco pólos de investimento, mas parece que esse investimento não alcançou apenas um desses pólos, e acertou em cheio quem pensou no pólo Pilar.

Após diversas tentativas de retirada dos moradores, somente em 2007 a Prefeitura decide requalificar a área. No entanto, as obras foram interrompidas por importantes achados arqueológicos feitos durante o processo e pela falta de investimento governamental. A comunidade, por sua vez, que vive esperando por seus direitos humanitários, vem sendo

o esmagada por um processo de gentrificação que se intensifica cada vez mais, buscando expulsá-la do lugar a que chama de casa, mas que não a abriga como tal. É esse o contexto em que se insere a Comunidade de Nossa Senhora do Pilar, que luta para sobreviver fora de portas.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho trata-se do desenvolvimento de um Mercado Público, em um exercício projetual a nível de estudo preliminar. Os objetivos específicos são suprir a demanda local por equipamentos públicos e espaços de convivência; conectar a comunidade ao contexto urbano do Bairro através do uso proposto; promover o aproveitamento de espaços subutilizados do recorte de estudo; valorizar o patrimônio histórico em degradação no local.

A elaboração deste trabalho foi pautada em visitas de campo à Comunidade do Pilar e seu entorno próximo, entrevistas com lideranças locais (1. líder local titular do Prezeis, 2. presidente da associação dos empreendedores da Comunidade do Pilar I), órgãos governamentais a nível municipal (Autarquia de Urbanização do Recife – URB, e Secretaria de Habitação do Recife), professoras pesquisadoras do sítio arqueológico do Pilar. Também foram feitos estudos de caso; revisão bibliográfica; estudo dos condicionantes legais e físicos; levantamento histórico e fotográfico da área; estudo de referenciais teóricos, projetuais e conceituais a respeito do tema.

Para melhor entendimento do objeto de estudo, a primeira parte do trabalho traz o contexto histórico e urbanístico em que o Pilar se insere - uma vez que envolve as ruínas do Forte de São Jorge, patrimônio histórico e arquitetônico que remete ao início da ocupação do país, bastante influenciada pela atividade comercial. São abordadas algumas tentativas de intervenção urbanística feitas pelos órgãos governamentais até os dias atuais, informações a respeito do sítio arqueológico. Também será feito um estudo superficial sobre conceitos de mercado público, processo de gentrificação e correntes de conservação e restauro, importantes para o entendimento das problemáticas que envolvem o tema.

Em um segundo momento, são trazidos estudos de caso a partir de projetos de mercados públicos. Ainda, é feita uma contextualização sobre a situação atual da comunidade, como a legislação incidente, contexto social e econômico da população, bem como análises urbanas do local. A partir dessas análises, foram traçadas as diretrizes e programa projetual para a elaboração do projeto de estudo preliminar do Mercado Público do Pilar.

HISTÓRIA



Em um artigo publicado em 2000, Vargas trata da importância de entender como se iniciou a relação entre comércio e cidade em trabalhos que abordem o tema (algo que, segundo ela, sempre fora deixado de lado pelos gestores urbanos). Sendo assim, recorreremos ao passado para entender as transformações da atividade comercial no Bairro do Recife, tão entranhada no local até os dias de hoje, bem como o contexto histórico em que a Comunidade do Pilar está inserida.

2.1 A LINGUETA

Muito se fala sobre as águas que banham a cidade do Recife, que chega a ser apelidado de “Veneza brasileira” pela população. O Bairro do Recife, de fato, deve sua formação a essas, como explica Melo (2016), uma vez que a restinga em que se localiza o bairro foi composta pelos sedimentos trazidos pelo oceano e pelas correntes do Capibaribe e Beberibe, formando uma lingueta de terra. Esta era protegida por uma linha de arrecifes em que haviam duas falhas, sendo uma ao norte e outra ao sul (Menezes, 1993). Melo apud Santos (2013) conta que a paisagem do lugar, originalmente, era composta por planícies herbáceas com alguns arbustos.

O termo “lingueta”, utilizado para se referir à península que corresponde ao atual Bairro do Recife, faz referência às fechaduras das portas do período, executadas em ferro batido (Menezes, 1993).

2.2 O POVOADO DOS ARRECIFES

Instituído pelo rei Dom João III como donatário da Capitania de Pernambuco, o português Duarte Coelho determina a criação de um porto na região sul à vila de Olinda, na década de 1530. A estreita faixa de terra banhada por estuários é escolhida por ser mais propícia geograficamente, em função de seus arrecifes, para ancoramento dos navios.

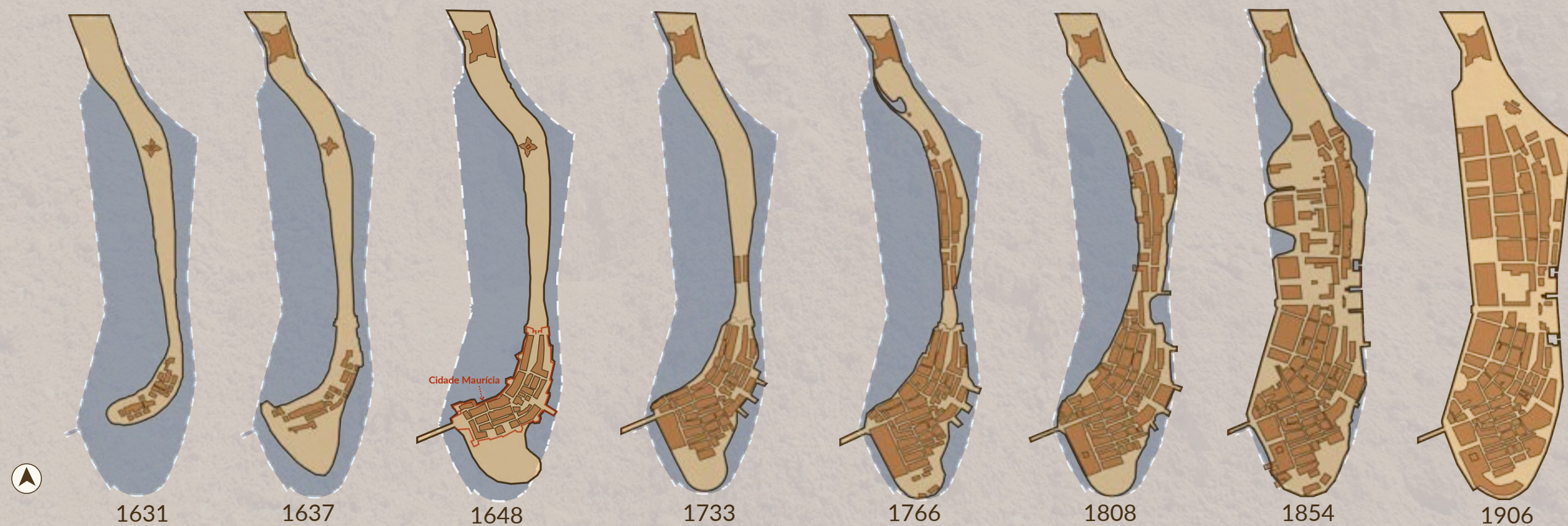
Com o funcionamento do porto e consequente contratação de trabalhadores, começou a surgir, em seu entorno, ao sul do istmo, um povoado formado por tarefeiros (aqueles encarregados da carga e descarga de mercadorias dos navios) e pescadores, dando início, no século XVI, à ocupação da região que hoje equivale ao Bairro do Recife (Melo, 2016 apud Menezes via entrevista oral em 2014).

“A formação dessa península, ao longo do tempo, garantiu tal possibilidade, que veio a ter lugar, na primeira metade do século XVI, de se fundar um povoado, essencialmente para acomodar, em pequenas moradias, os trabalhadores portuários, e os grandes armazéns de guarda das caixas de açúcar.” (Menezes, 1993:149).

No século XVII a pequena vila contava com os armazéns portuários, 40 moradias para o povoado de trabalhadores e a capela de Corpo Santo (Melo, 2016 apud Menezes via entrevista oral em 2014). Para a defesa do porto, os portugueses ergueram, em 1590, um forte feito de taipa, denominado Forte de São Jorge (o velho). Ele se situava, estrategicamente, no trecho do istmo que ligava Recife à Olinda, afastado do povoado. No entanto, de acordo com Alves (2016), mais tarde foi rejeitado pelos invasores holandeses por ser considerado ultrapassado estruturalmente e, assim, ineficaz para defesa, servindo como enfermaria. Para guardar o local foi construído, então, o Forte do Brum, em 1630. Os holandeses, por serem de religião protestante, retiram os nomes de santos católicos dos fortes, quando o Forte de São Jorge passa a se chamar Castelo da Terra (Mendonça, 2019).

Com a invasão holandesa, a partir de 1631, e o incêndio ocasionado em Olinda, parte da população desta muda-se para o Recife, que torna-se, então, a sede da Capitania. No entanto, ali também havia um grande cenário de destruição deixado pelos próprios portugueses, que, diante da derrota iminente, incendiaram os armazéns do porto e seu entorno. Dessa forma, para que a ocupação holandesa fosse possível, foi preciso que reconstruíssem a região, causando grandes mudanças na paisagem, principalmente com os aterramentos e construção dos primeiros edifícios. Foi então que a ilha passou a se chamar Povoado dos Arrecifes (Isaac Melo, 2016 apud Silva, 2011, p. 78 e 116).

Figura 1 - Histórico de Ocupação do Bairro do Recife



Fonte: Mapas de levantamento da cidade do Recife por Douglas Fox, 1906. Memória do Recife, Prefeitura do Recife. Adaptado pela autora.

2.3 FORA DE PORTAS

O grande crescimento populacional faz com que o istmo se torne insuficiente para abrigar as atividades do porto e a comunidade do entorno. Foi então que aconteceram aterramentos na porção sudeste. Posteriormente, foi necessária uma nova transferência da sede, dessa vez para a Ilha de Antônio Vaz, sob as ordens do holandês Maurício de Nassau, que nomeou os dois trechos como Maurissitad, ou Cidade Maurícia (Melo, 2016 apud Silva, 2011). Essa região, correspondente ao sul do Bairro do Recife, foi marcada por um amurado que abrigava as edificações (figura 2). Esse amurado era guardado por três portas (figura 3), que posteriormente seriam o Arco da Conceição e Arco de Santo Antônio, demolidos a partir de 1910. Essas portas também serviam para o controle da passagem das pessoas e cobrança de pedágio.

“Para o fora de portas, localizado além da muralha, Maurício de Nassau determinou que ali se depositassem os lixos, os detritos e imundícies. Impossibilitados de crescerem na península, os recifenses ganharam o norte e foram alargar o istmo, os “velhos ermos” do fora de portas. Aterraram dos lados do mar e do rio e uma nova configuração urbana foi se fixando na antiga paisagem da cidade.” (Alves, 2016:32)

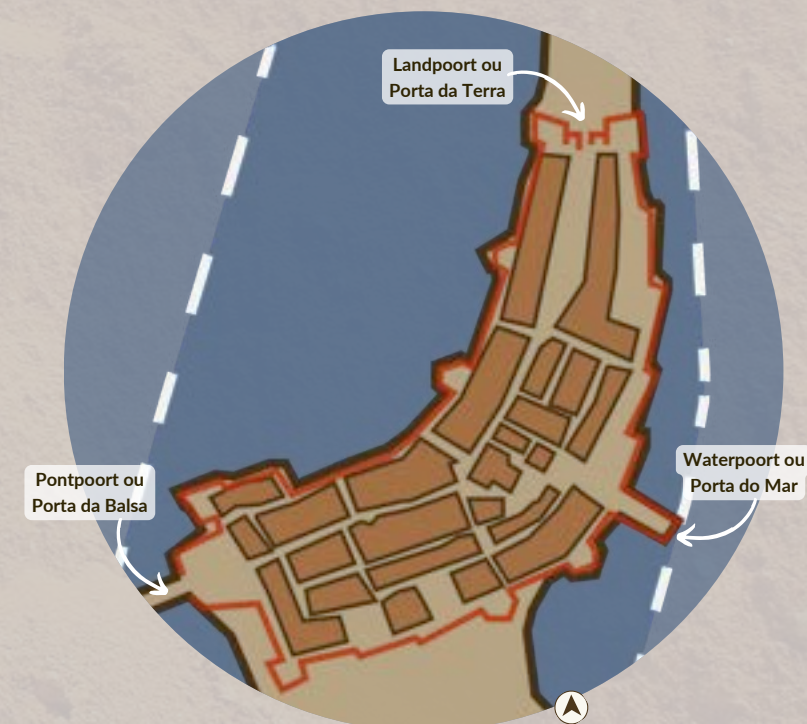
A porção do Bairro do Recife que ficava externa à amurada era conhecida como fora de portas, e era dedicada ao uso militar, não havendo moradias. Essa região também correspondia a um cemitério, dos quais foram encontrados, recentemente, 160 esqueletos¹ na escavação arqueológica em curso na área. Não há um consenso a respeito da origem do cemitério, pois alguns pesquisadores acreditam que resulte do costume português de enterrar seu povo em torno de Igrejas, outros acreditam se tratar de um cemitério militar.

Com o retorno do domínio português acontece em 1654. Degradado, o Castelo do Mar (antigo Forte de São Jorge) é demolido para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em 1679, utilizando os materiais da ruína do forte, estimulando o início da ocupação de uso habitacional fora de portas (Melo, 2016 apud Zancheti, 2000). A primeira habitação pertencia a João do Rego Barros, que construiu sua casa ao lado da Igreja, seguida por um conjunto de casas que originaram a atual Rua de São Jorge (Melo, 2016 apud Pesssis et al, 2013, p. 14).

¹De acordo com aula de campo no sítio arqueológico do Pilar, ministrada pela professora e pesquisadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Caroline Borges, em 15 julho 2023.

“O antigo Forte de São Jorge, mesmo em ruínas foi doado pelo governador da capitania de Pernambuco, Aires de Souza de Castro ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco João do Rego Barros, na condição de que, no local, fosse construída uma igreja em homenagem a Nossa Senhora do Pilar (Pessis, 2013 et al., p. 15). Em 1680 a igreja já estava finalizada” (Pessis et al., 2013, p. 14). (Melo, 2016:44)

Figura 2 - Esquema das fortificações e portas da Cidade Maurícia



Fonte: Alves (2016) apud Mello (2001). Adaptado pela autora.

Figura 3 - Vista da Cidade Maurícia, de Frans Post (1657).



Fonte: UFRPE. Disponível em: <https://www.ufrpe.br/br/content/o-recife-holand%C3%AAs>

Segundo Melo (2016), desde o fim da ocupação holandesa até o século XIX, a região não passou por mudanças tão significativas quanto as desse período. Com a vinda da Família Real ao Brasil, em 1808, houve a abertura dos portos ao comércio exterior, principalmente aos ingleses, estimulando o desenvolvimento da cidade. Assim, enquanto enfrentava uma crise econômica, o Recife vivia transformações comerciais que demandavam uma melhoria urbana, uma vez que o Porto do Recife era o terceiro do Império em grau de importância mas se encontrava ultrapassado e disfuncional estruturalmente. Aliado a isso, o traçado urbano do Bairro do Recife também era um empecilho, pois era repleto de becos estreitos que dificultavam o transporte de mercadorias, mesmo assim, novos aterramentos e edificações não paravam de surgir (Melo, 2016 apud Souza, 2012, p. 49).

A fábrica Pilar, cujo terreno atualmente encontra-se abandonado, surge em 1875 como uma padaria atrás da Igreja, passando, posteriormente, a ser uma fábrica de biscoitos (Santos, 2019 apud Fabrica do Pilar, 2018).

2.4 DE FAVELA DO RATO À COMUNIDADE DO PILAR

O século XX foi marcado pelo “Novo Recife”, que foi uma grande alteração no Bairro do Recife inspirada no modelo da Paris de Haussmann, que passou por uma reforma urbanística a fim de facilitar a circulação de mercadorias do porto, higienização e melhorias no saneamento e modernização das estruturas do porto (IPHAN, 2018). Apesar das melhorias, nesse período de 1910 a 1913, dois terços do bairro foram demolidos, apagando importantes construções históricas do início da ocupação e de momentos seguintes, como o Arco da Conceição, evidenciando um grande descaso com o patrimônio. Segundo Lubambo 1991, há uma planta de reforma para o Bairro do Recife, de 1854, que propõe a demolição da Igreja do Pilar e do casario do Cais do Lingueta.

“Talvez o episódio mais marcante acontecido durante as obras do Novo Recife tenha sido a demolição da Matriz do Corpo Santo. Sua localização impedia que fosse executado o novo traçado urbano proposto para o Bairro. Apesar de ser a mais antiga igreja do Recife, construída com a implantação do Povoado dos Arrecifes, a edificação veio abaixo para dar passagem a atual Avenida Alfredo Lisboa.”(Melo, 2016:50)

Entre 1912 e 1915 o istmo foi desconectado da cidade de Olinda, tornando-se, finalmente, uma ilha (IPHAN, 2018). Ao longo do século XX, o número de moradores foi diminuindo, quando o local foi se direcionando para a boemia e prostituição (Melo, 2016).

Na década de 1970, de acordo com Nery e Castilho (2008), dando continuidade às demolições para melhorias do porto, a Portobrás, empresa a qual pertencia o Porto do Recife, desapropriou e demoliu seis quadras vizinhas à fábrica do Pilar. No entanto, as obras acabaram não acontecendo e o vazio urbano deixado foi sendo ocupado, de modo geral, por famílias de baixa renda que trabalhavam no entorno próximo, principalmente em atividades portuárias, industriais e de comércio e serviços informais. Essa ocupação ficou conhecida como Favela do Rato, devido ao grande número de roedores que se aglomeravam pela região por causa dos resíduos gerados pelo Moinho Recife. Porém, alguns moradores associam o termo às condições de vida precárias desses, que precisavam disputar por espaço e restos de comida. Somente com o decreto 18.570/2000 a comunidade se torna oficialmente Comunidade do Pilar, como referência à Igreja.

Figura 4 - Rua do Pilar no século XX, antes de ser demolida.



Fonte: Alves (2016) apud Alcedo.

2.5 PLANO DE REVITALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE

De acordo com Zancheti e Lacerda (1999), o Governo do Estado de Pernambuco, em 1988, inicia um novo plano de investimento na economia e, para tanto, decide impulsionar o turismo. O Bairro do Recife, por seu potencial estético e histórico, se encontrava em estado de abandono, e seria setorizado em diversos pólos para atração de turistas nacionais e internacionais. Surge, assim, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR), que contaria com o financiamento de parcerias privadas.

“O PRBR difere das propostas anteriores no momento em que diagnostica a necessidade de introduzir a “novidade” (novas atividades) para manter a “continuidade” (utilização do estoque construído existente) com o presente. As atividades principais a serem estimuladas foram: os serviços modernos; os serviços de cultura e lazer; os serviços turísticos; o comércio varejista moderno e a habitação.” (ZANCHETI (Org.), MARINHO (Org.) & LACERDA (Org.), 1998). (Zancheti e Lacerda, 1999:13)

O PRBR, então, dividiu o bairro em três setores: setor de renovação; setor de consolidação; setor de intervenção controlada. Esses, subdivididos em pólos, que foram: Pólo Alfândega/Madre de Deus; Pólo Bom Jesus; Pólo Pilar; Pólo Capibaribe; Pólo Arrecifes. De 1993 a 1996 foram investidos mais de dois milhões e meio de reais pela Prefeitura do Recife, cuja maioria se concentrou no Pólo Bom Jesus, alvo de um planejamento direcionado ao comércio, animação, lazer e cultura. Ainda, esse pólo recebeu, sozinho, quase três milhões de reais de investimento privado (Zancheti e Lacerda, 1999).

Ainda segundo Zancheti e Lacerda (1999), em contraste ao sucesso apresentado no Pólo Bom Jesus, se encontra o Pólo Pilar (que faz parte do setor de renovação), que não recebeu investimentos nesse período, sendo considerada, como apontam os índices, a pior periferia da cidade do Recife. O PRBR pretendia relocar a então Favela do Rato e criar, em seu lugar, o “Centro Múltiplo Pilar”, que daria suporte às atividades do porto, contando também com usos de comércio, serviço e habitação. Portanto, nota-se que o Pilar não tornou-se, de fato, um pólo, como prometido, mas, pelo contrário, foi se tornando um espaço cada vez mais precário e marginalizado, escondido dos holofotes apontados para o turismo no bairro.

2.6 PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E INCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DO PILAR

Em 1987 haviam 89 famílias vivendo na comunidade (Nery e Castilho, 2008). Em 2012, esse número saltou para 537, sendo mais de 1900 pessoas (Nery, 2012). A maioria vive em habitações precárias, sem saneamento básico e sem condições dignas de sobrevivência. Alguns programas foram elaborados para a área, mas somente em 2002, com o aumento do número de moradores na comunidade, houve a desistência, por parte do Poder Público, de relocar a favela nos projetos de urbanização (Lacerda, 2007). Novamente, diversos programas foram planejados, como o “Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar” (PRUISCP), em 2002, e o “Complexo Turístico Cultural Recife Olinda”, em 2003, mas nenhum foi consolidado (Nery e Castilho, 2008).

Em 2007 houve, então, a cessão dos terrenos do porto para a Prefeitura do Recife, junto com a remodelação do PRUISCP, cujas obras seriam finalizadas em 2012, quando seriam entregues:

“(…) 470 unidades habitacionais para as famílias que hoje moram em barracos; uma escola com atividades em tempo integral, nos três turnos e nos finais de semana; uma creche, um posto de saúde da família e um centro comercial que deverá abrigar açougue, padaria, mercearia, pequenos serviços, loja de confecção e venda de artesanatos, além de abrigar a estação de rádio comunitária já existente na área. Toda a infraestrutura urbana será contemplada no Programa, com pavimentação, drenagem, água, luz e saneamento.⁷ A Igreja Nossa Senhora de Pilar será restaurada e, à sua frente, será construída uma praça que se abrirá para a Avenida Alfredo Lisboa, integrando, assim, fisicamente, a área do Pilar ao Bairro do Recife e, por sua vez, à cidade como um todo.” (Nery e Castilho, 2008:26).

As obras, que englobariam as seis quadras (40 I e II, 60, 55, 45, 25), foram iniciadas pelas quadras 40 e 55, que se encontravam parcialmente desocupadas. A prefeitura prometeu, a princípio, não remover os barracos dos moradores, uma vez que foi constatado que mais de 70% desses trabalhavam no entorno próximo, em atividades informais, somado ao fato de que a retirada demandaria pagamento de auxílio moradia. Porém, a estrutura das moradias precárias revelou-se ainda mais comprometida com o início das obras, surgindo a necessidade de retirada imediata dessas, desapontando a população, que se sentiu enganada ou expulsa permanentemente (Nery, 2012).

Após diversas mudanças no programa motivados, entre outros fatores, pelas descobertas arqueológicas (tratadas a seguir), bem como problemas em relação aos acordos de financiamento das obras e mudanças de governos, a promessa atual é de 588 unidades habitacionais (dessas, foram entregues apenas 192), um mercado público e um parque de ruínas, cujo projeto, após 11 anos de atraso da promessa de entrega, ainda tramita na Prefeitura, que, procurada pela autora, não apresentou sinais concretos de avanço até a conclusão deste trabalho.

2.7 ACHADOS ARQUEOLÓGICOS



Figuras 11 e 12 - Aula de campo com turma de arqueologia da UFRPE no sítio do Pilar.

No ano de 2010, com as obras para construção do habitacional em curso na quadra 40, houve a descoberta de estruturas de residências em argamassa de cal e barro e objetos de uso cotidiano do século XIX. Tal achado marcou o início das pesquisas arqueológicas do Pilar (Alves, 2016; Santos, 2019).

Assim sendo, as escavações arqueológicas foram iniciadas pelas quadras 40, 55 e 25, onde foram encontradas evidências do cemitério que existira na região, no período colonial, já mencionado anteriormente. De acordo com a professora da UFRPE e arqueóloga Caroline Borges, ao todo, já foram encontradas 160 ossadas², que representam uma rica contribuição a respeito dos rituais fúnebres do período.

Recentemente, nas quadras 46 e 55 foi encontrado, por pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), um dos mais valiosos sítios arqueológicos do país, com mais de 150 mil fragmentos originados desde o século XVII, como cerâmicas, perfumes, moedas, remédios e balas de canhão, por exemplo.

Na quadra 45, onde seriam construídos 128 apartamentos, foram encontradas, na lateral da Igreja, estruturas do antigo Forte de São Jorge, uma das primeiras construções do Recife. Com isso, o projeto do habitacional, nesta quadra, deu lugar a um mercado público e um parque de esculturas, cuja proporção, muito menor que a prometida inicialmente, não supre as necessidades dos comerciantes, que esperam há mais de 10 anos.

Mesmo diante desse cenário de inestimável importância para o entendimento da história do Recife, e, até mesmo, do início da ocupação do país, as pesquisas se encontram pausadas por falta de incentivo por parte da Prefeitura do Recife e do Governo do Estado. De acordo com a professora e pesquisadora da UFRPE Ana Lúcia Oliveira³, ainda não foi feita a escavação das ruínas do Forte de São Jorge, somente uma análise inicial de onde estas se encontrariam, com base em escavações anteriores (figura 4). Enquanto isso, devido a falta de recursos para avanço das atividades, o local se encontra em estado de abandono e degradação, bem como a comunidade.



Figura 13 - Área de escavações no sítio do Pilar.



Fonte: Autora, 2023.

²De acordo com aula de campo ministrada no sítio arqueológico do Pilar em 15 Jul. 2023.

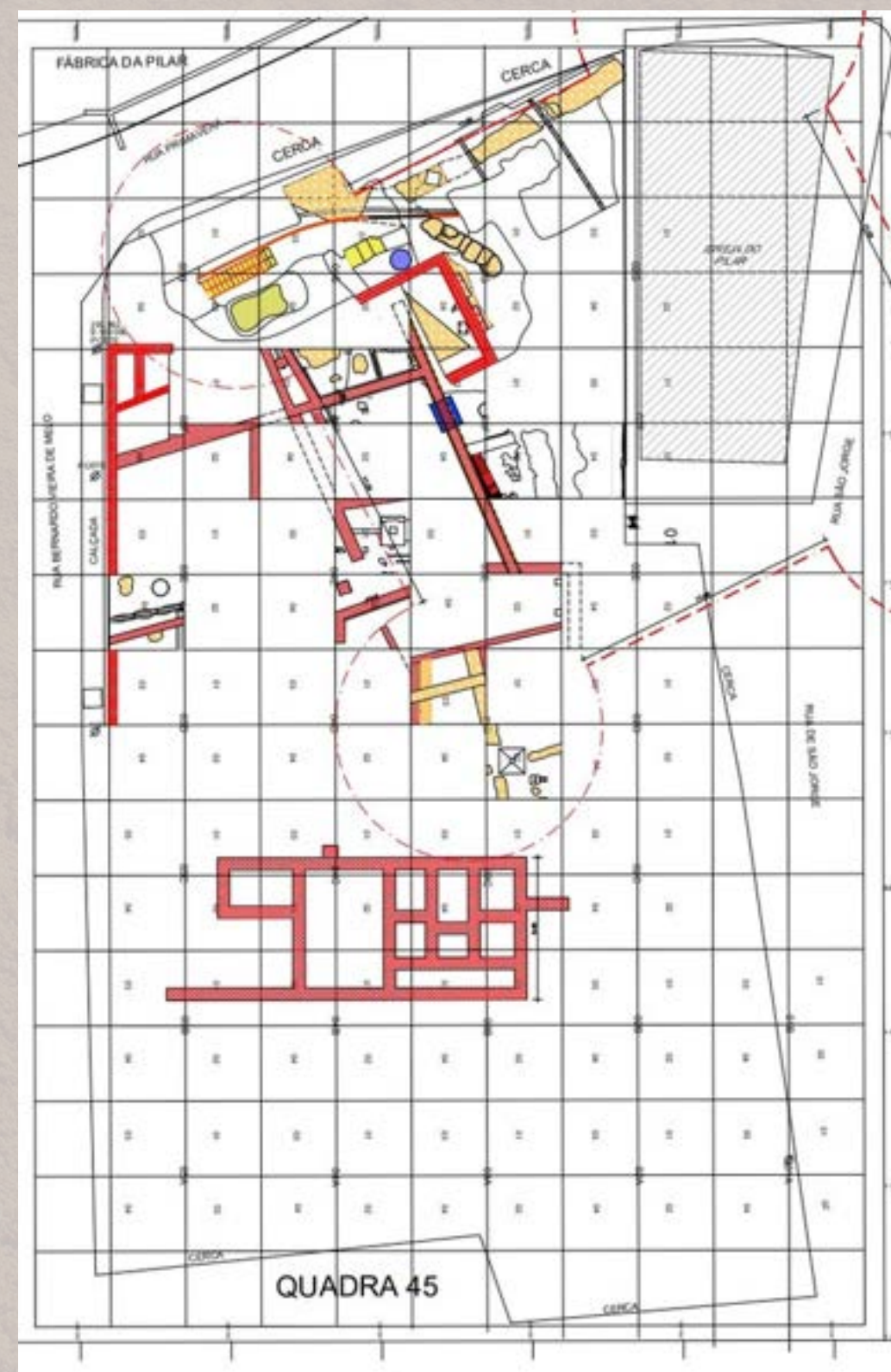
³Entrevista por comunicação oral no dia 28 de Ago. 2023.

Figura 14 - Fundações de edificações antigas.



Fonte: Autora, 2023.

Figura 15 - Mapeamento arqueológico inicial das ruínas da quadra 45.



Fonte: Fornecido pela Secretaria de Habitação, Prefeitura do Recife.



CONCEITOS

3.1 MERCADO PÚBLICO

Quando pensamos em cidades, comumente nos remetemos a shopping centers e aeroportos, que se tornaram símbolo da impessoalidade e velocidade da nossa época. Oposto a isso, Silva (2017) aponta o Mercado Público como um símbolo de urbanidade. Eles propiciam a aproximação, o encontro e a conversa entre o comprador e o vendedor.

A simples indicação, por parte do vendedor, da forma de preparo de um determinado alimento, que o comprador desconhecia, exemplifica uma relação de troca que transcende o objeto em si, e afirma-se como cultura. (Silva, 2017)

Para entender o conceito de Mercado Público e seu papel como lugar, é importante retornar a sua origem, que remonta à origem das cidades. Isso porque elas nasceram da necessidade de consumo em comum e de troca, que eram supridas a partir do encontro (Silva, 2017 apud Vargas, 2001). Essas trocas, quando aconteciam diante de outras pessoas, eram mais seguras, um dos significados de “público”, pois é acessível a todos. De início, se localizavam em terras sem domínio, no encontro entre fluxos, mas ocorreram de forma diferente em cada civilização. Como exemplo, Silva traz as ágoras gregas, os fóruns romanos e os bazares árabes, que não eram edifícios e, apesar de terem se originado como pontos de abastecimento de alimentos para a cidade, abrigavam diversos usos, como atividades religiosas e políticas (Silva, 2017 apud Stell, 2009).

A interiorização da Europa na Idade Média foi marcada pelos mercados periódicos e feiras de alimentos e produtos manufaturados, cujo lugar eram praças e ruas. A respeito das praças de mercado, nota-se que se dividiram em três tipos:

“Aqueles que serviam ao abastecimento cotidiano da população localizavam-se no centro da área a ser atendida. As que concentravam itens especializados podiam ser espalhadas pela malha urbana. E também um terceiro tipo que se formava junto às portas das cidades, para fora da linha de muralhas.” (Silva, 2017:41 apud Vargas, 2001).

Com a intensificação da atividade comercial, as praças ganham importância e passam a definir o entorno urbano. Se origina a demanda por espaços permanentes e surgem, no fim da Idade Média, os mercados cobertos. Além disso, havia a necessidade dos governantes por exercerem controle sobre esses espaços e cobrarem impostos, fazendo com que os comércios fossem retirados das ruas, reafirmando, dessa forma, o poder estatal e reprimindo o caráter de insubordinação característico desses lugares. É quando surge uma nova ideia de mercado público.

No século XIX, havia uma grande apropriação das pessoas pelo espaço público, que o utilizavam de forma livre, o que proporcionava uma grande variedade de usos, de forma desordenada, fato que incomoda os higienistas, primeiros urbanistas (Silva, 2017 apud Perrot, 1988). No Brasil, cabe citar o exemplo de Florianópolis, onde surgiram, no final do século XVIII, barracas de mercadores para a venda de vários gêneros alimentícios na praça, que impulsionam a economia da cidade, causando, no entanto, a insatisfação da elite, que afirmava que essas “poluíam a cidade”. Com a visita de D. Pedro II, as barracas foram relocadas a fim de higienizar a cidade e, posteriormente, parte da população se opôs ao retorno dessas por causa do público que as frequentava, incluindo prostitutas e escravos libertos, evidenciando a busca por uma “limpeza social” (Yamamoto, 2008).

No século XVII, com a Revolução Industrial, ganha destaque a ideia de racionalidade, a fim de resolver os problemas trazidos pelo grande crescimento da população. Essa ideia iluminista marcou o primeiro momento de renovação dos mercados públicos (Silva, 2017 apud Guàrdia e Oyón, 2007). O direito sobre os mercados passa dos feudos para o município.

“Temos no último quarto do século XVIII os primeiros esboços de criação do mercado coberto como um tipo arquitetônico. Tal passo pode ser constatado nos enclosed markets da Grã-Bretanha e nos mercados parisienses do período (Guàrdia e Oyón, 2010). Dentre as características mais marcantes na conformação deste tipo, estão a busca por localizações centrais na cidade, a separação de produtos e de diferentes ramos de atividade e, também, entradas exclusivas para pessoas e carruagens, ou seja, organização de fluxos.” (Silva, 2017:44 apud Guàrdia e Oyón, 2010).

Portanto, o surgimento dos edifícios de mercados foi motivado por políticas higienistas e controle estatal. Esses equipamentos passam a simbolizar o poder dos municípios, sendo tratados como monumentos no final do século XIX.

Ainda no final desse século, se inicia o segundo momento de expansão, que foi definido pela utilização do ferro na arquitetura dos mercados, que, apesar de originado na Grã-Bretanha, teve um modelo definido pelos parisienses, os “Les Halles” (1853), dos quais foram instalados mais de quatrocentos na França. Os mercados metálicos apareceram por toda a Europa e nas Américas. No final do século XIX esses lugares foram perdendo a importância, um dos motivos foi a concorrência com novas formas de comercialização (Silva, 2017 apud Guàrdia e Oyón, 2007).

No Brasil, por sua vez, por influência inglesa, os mercados públicos em alvenaria surgem na metade do século XIX. No final desse século, surgem os mercados em estrutura metálica. O primeiro deles, o Mercado de São José (1875), foi construído em Recife (Silva, 2017 apud Silva, 1988). Já no início do século XX os mercados a céu aberto voltam a ganhar força, uma vez que esse modelo itinerante não demandava o custeio de grandes estruturas e, com o crescimento da população, era necessário dar assistência à parcela menos favorecida economicamente (no Brasil, fica conhecido como feira livre). Nesse momento, também surgem os supermercados, considerados uma revolução de processo, uma vez que qualquer estabelecimento pode tornar-se self-service (Silva, 2017 apud Vargas, 2001). No Brasil, aparecem a partir de 1950. Considera-se que o automóvel, o refrigerador e o investimento no marketing das embalagens dos produtos contribuíram com a consolidação dos supermercados nas cidades (Silva, 2017 apud Steel, 2009).

“Os supermercados representam a concentração do capital varejista na medida em que são uma unidade comercial que opera fornecendo uma imensa gama de produtos sob seu controle. Os mercados públicos, por sua vez, eram então formados pela reunião de diversas unidades comerciais independentes, com suas respectivas bancas ou lojas. Na configuração do Mercado Público como equipamento, tem-se a figura do permissionário, ou seja, o comerciante que detém a permissão dos responsáveis pela administração do mercado, para atuar em suas dependências.” (Silva, 2017:50)

Nas décadas 1960 e 1970, observa-se, novamente, a crise dos mercados públicos, dessa vez devido ao fortalecimento dos supermercados e hipermercados. Esses, encontraram a resistência de alguns países, como Itália e Alemanha, que determinaram limites de área. No entanto, muitos mercados públicos foram demolidos ou desativados ao redor do mundo, como as Halles Centrales, em Paris.

Finalmente, cabe ressaltar que, em alguns países, como Portugal, ainda existem mais de trezentos mercados públicos, bem como novos sendo construídos. Também vê-se novos modelos surgindo no Canadá, China e Brasil, por exemplo, demonstrando um novo momento de interesse por esse uso.

Silva (2017) apud Pintaudi (2006) conta que, quando a ideia de Mercado Público começa a se desfazer, e esses não são mais parte do cotidiano da população, surge a ideia desses como “tradição” e “identidade local”, e, ainda, atrações turísticas.

A respeito das perspectivas para o futuro dos mercados públicos, o autor remonta à origem desses como responsáveis por suprir as necessidades básicas e contemporâneas da sociedade da época. Portanto, uma vez que as necessidades mudam, para suprir a demanda da sociedade atual, os mercados públicos precisam apresentar características que sirvam como contraponto aos supermercados e hipermercados, que apresentam preços baixos e movimentam a economia.

“Seguindo a perspectiva semiótica exposta por Rennó (2006), pode-se perceber, que a estética de extrema eficiência econômica e completa ausência de sociabilidade dos super/ hipermercados vem se desgastando.” (Silva, 2017:57)

Como exemplo dos efeitos desse desgaste, Silva menciona projetos recentes de supermercados com ambientações que remetem à mercados públicos, como os da rede Eataly, inspirados em antigos mercados italianos.

É interessante mencionar, ainda, que algumas cidades, como Barcelona, tem reassumido um planejamento em rede para seus mercados públicos, com o lançamento do “Plan Especial de Equipamiento Comercial Alimentario de la Ciudad de Barcelona” (1986), renovando a rede existente com base no comércio de proximidade e o Instituto Municipal de Mercados de Barcelona (1991) para administrar os mercados municipais.

“O entendimento que os mercados atuam como centralidade social, cívica e cultural é que conduziu tais iniciativas, e hoje, Barcelona firma-se como um polo de produção do conhecimento à cerca dos mercados públicos”. (Silva, 2017:61 apud Guàrdia e Oyón, 2010).

A visão estratégica do planeamento dos mercados, que abrange diversos setores, como o político, tecnológico e ambiental, é guiada pelos seguintes conceitos: “Mercados são alma, ligados à vida e identidade de cada bairro; Mercados são motores, lideram o comércio local e são peça chave de desenvolvimento econômico; Mercados são sustentabilidade, sinônimo de valores associados a sustentabilidade social, ambiental e cultural.” (Silva, 2017)

Um plano semelhante foi lançado em Madrid, a partir de 2003, cujos focos foram “fomento à renovação e modernização das estruturas dos mercados; melhoria e promoção de uma imagem comum; e profissionalização da gestão”. Ainda, há o exemplo de Lisboa, que estabeleceu os mercados como “ferramenta de reequilíbrio urbano” (Silva, 2017 apud Guàrdia e Oyón, 2007), que, por sua vez, traçou como eixos “Mercados mais competitivos, através da capacitação dos comerciantes, melhoria do serviço e modernização da estrutura; Mercados mais abertos, com a criação de parcerias, fomento ao empreendedorismo e implementação de uma marca; Mercados mais cidade, com a promoção de iniciativas locais e sustentabilidade”. Além desses, o autor cita diversos outros exemplos, como um projeto lançado pela União Europeia para proporcionar desenvolvimento em diversas áreas a partir da adaptação dos mercados, promovendo a troca de boas práticas entre cidades de dez países, liderados por Barcelona.

Silva listou características semelhantes em diversos lugares a respeito da construção ou readequação de mercados, dentre as quais:

“Incorporação das refeições fora de casa como uma necessidade contemporânea, com criação de praças de alimentação e restaurantes; criação de estacionamento, preferencialmente subterrâneos, a fim de se adequar ao entorno urbano dos mercados; incorporação de supermercados como unidades comerciais dentro do próprio mercado; mescla com outros serviços, privados e públicos; mercados como lugar para “compras hedônicas”, e não apenas “compras obrigatórias”³⁰; criação de marcas, neste caso, mais relacionada àquelas cidades que pensam os mercados como rede; e profissionalização da gestão.” (Silva, 2017:65)

Para ele, um grande desafio para esses sistemas é a geração de um processo de gentrificação através do foco na sofisticação e luxo, uma vez que, em muitos desses, os produtos não possuem preços acessíveis, se configurando, dessa forma, como lugares para compras ocasionais, não do cotidiano. Ou, ainda, podem cair em uma vertente turística simplificadora.

“Um ponto chave para se buscar manter estes riscos sob controle, é a gestão do acesso aos espaços do mercado por parte dos comerciantes, ou seja, o valor da outorga paga pelo uso do espaço, a permissão. Um dos diferenciais que os mercados públicos detêm ante aos demais espaços de comércio é o seu caráter público e de gestão que não visa lucro, podendo subsidiar os valores de “aluguel” a preços inferiores aos praticados pelo setor privado.” (Silva, 2017:67)

3.2 PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

A partir dos anos 1970 os centros históricos passaram a fazer parte do planejamento e do desenho urbano, desencadeando a estratégia de patrimonialização de bens culturais urbanos, em especial os de áreas centrais, para atrair investimentos para os municípios, que se intensificou nos anos 1990. Com isso, a renovação é substituída pela reabilitação, que parte do entendimento dos valores sociais, espaciais, culturais e urbanísticos urbanos. Conforme o interesse pela cidade antiga crescia, o conceito de patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico se expandia. Além disso, ocorre que os custos da reabilitação são menores que os da expansão periférica, o que contribuiu para a necessidade de reutilizar os centros das cidades. (Scocuglia, 2010).

Ainda de acordo com Scocuglia, as experiências de reabilitação em áreas urbanas degradadas ou abandonadas buscam atrair novos usos para esses espaços, utilizando o viés cultural, político, arquitetônico e urbanístico para viabilizar o sistema econômico. Essas intervenções contam com ações integradas que envolvem o poder público, a iniciativa privada e os usuários, a fim de atrair, conseqüentemente, novos investidores para outros projetos. “Expressam, assim, um dilema central da cultura contemporânea entre preservar e consumir, e, além disto, seus aspectos excludentes vêm encontrando resistência organizada da sociedade civil, em fóruns e associações não-governamentais”.

A autora explica que a intervenção direta do estado na requalificação de antigos bairros teve início no Brasil em 1967, em Salvador, com a recuperação dos bairros Pelourinho e Maciel, que recebeu uma missão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao Nordeste do país, quando se iniciou a valorização do patrimônio histórico e cultural dessa região semelhante ao de cidades barrocas européias. Também, o turismo cultural foi evidenciado como fonte de recursos para tais projetos, o que passou a ser reforçado em diversas reuniões que aconteceram naquele período. Ainda, no período do Regime Militar brasileiro, iniciado em 1964, como uma das estratégias para o “Milagre Brasileiro”, foi apontado o potencial turístico das cidades mais

pobres do país. Porém, ainda que tenham gerado bons resultados para o turismo e o patrimônio material, não teve grandes efeitos em relação ao desenvolvimento econômico, uma vez que o turismo, sozinho, não poderia solucionar a pobreza estrutural, bem como a pouca colaboração da iniciativa privada e falhas nas ações dos governos.

Scocuglia conta que, a partir de 1994, os projetos de reabilitação dos centros históricos em países latino-americanos financiados por agências nacionais e internacionais de desenvolvimento aconteceram com a relocação das populações pobres para áreas periféricas. Dessa forma, após a “limpeza social”, os espaços foram dedicados ao comércio, serviço e lazer.

Sem os moradores e usuários diários de seus espaços diurnos e noturnos os antigos centros se transformaram em cenários vazios de significados para a realização de espetáculos, shows destinados aos artistas visando atender a população de classes médias e aos turistas. (Scocuglia, 2010)

Ainda de acordo com ela, isso acontecia devido a crença no fracasso de espaços turísticos e comerciais próximos às favelas, mas alguns exemplos, como o bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, mostram que a proximidade a estas não impede o funcionamento das atividades de lazer em bairros alvos da gentrificação.

Alguns casos colocam em xeque as teorias recentes da gentrification generalizada, segundo as quais sob o efeito da mundialização usados pelas intervenções públicas e investimentos privados, as camadas populares seriam expulsas dos centros das cidades e substituídas pelas camadas médias. (Scocuglia, 2010)

Há, também, o exemplo de intervenções recentes (2003 a 2008), como os programas de moradia para reabilitação de antigos centros urbanos vinculados ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como o Programa Moradouro, em João Pessoa, cujo perfil de inscrição para as moradias envolve nível de escolaridade superior, por exemplo, afastando populações de baixa renda e reforçando a exclusão social. Segundo Scocuglia, as políticas ligadas ao sistema financeiro internacional em países “emergentes”, como o Brasil, aumentaram essa desigualdade, sendo, a revitalização, evidenciada como uma medida para dinamização da economia dos municípios, gerando empregos e recuperando o espaço

público. No entanto, na contemporaneidade, nota-se que os espaços abertos à diversidade vem sendo eliminados com a privatização das áreas de convivência coletiva, motivadas por fatores como a exclusão social e a violência (Scocuglia, 2010 apud Caldeira, 2000). Observa-se, ainda, a formação de organizações que defendem a permanência dos antigos moradores e resolução dos problemas específicos de cada lugar. vidades de lazer em bairros alvos da gentrificação.

Surtem novos usos e novas formas de apropriação do patrimônio e dos espaços públicos nas cidades, merecedores de reflexões quanto às possibilidades de estarem sendo gerados espaços participativos e de sociabilidades públicas. Além disso, não se pode esquecer o forte apelo comunitário que o patrimônio cultural apresenta quando associado à identidade cultural das pessoas, aos direitos sociais e culturais - estes últimos reconhecidos pela Constituição de 1988 no Brasil, inseridos também no Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. (Bahacuh, 2010)

Recorrendo aos estudos de Nery e Castilho (2008), nota-se que a concentração de pessoas em situação de pobreza na Comunidade do Pilar pode ser explicada pela precariedade da área associada a um contexto de organização socioespacial seletivo e elitizado.

A condição de permanência dos moradores pobres do Pilar, no Bairro do Recife, deve ultrapassar a garantia do acesso à moradia e à infraestrutura urbana. Isso porque, em curto ou médio prazo, eles podem correr o risco de serem substituídos por outros moradores pertencentes à outra classe social o que pode vir a caracterizar o fenômeno da gentrificação. (Nery e Castilho, 2008)

Dessa forma, dentre as estratégias para a promoção da inclusão social dos moradores do Pilar, é preciso garantir a apropriação do espaço público por esses, aproveitando as oportunidades que a localização privilegiada no Bairro do Recife proporciona, incluindo-os à vida do bairro. Ainda, é importante consolidar o sentimento de “pertencimento”, bem como a consciência de direito ao lugar. Ademais, se faz necessária a concretização de formas de inclusão social e econômica, uma vez que as necessidades básicas dos moradores, como alimentação, não vêm sendo supridas. (Nery e Castilho, 2008)

Cabe, diante do exposto, observar que a implantação de um Mercado Público na Comunidade do Pilar, como proposto pelo presente Trabalho de Curso, vem a contribuir com a geração de emprego e renda aos moradores dos habitacionais, estabelecendo o vínculo desses ao lugar, suavizando o processo de gentrificação, uma vez que o local de trabalho se encontra próximo ao de moradia. Ainda, nota-se que o equipamento proporciona a apropriação do espaço público por esses, de modo que promove encontros, reforçando o direito ao lugar, sem o qual as moradias. De acordo com Nery (2012), “sem esses valores (apropriação do lugar, entendimento do valor desse lugar e construção do sentimento de pertencimento) compreendidos e apropriados, a moradia (habitacionais) poderá ser facilmente vendida e os moradores poderão construir outra favela alhures ou às proximidades do Pilar. O que pode, por outro lado, abrir espaço para a gentrificação do lugar.”

3.3 CONSERVAÇÃO

Quando identificado o valor patrimonial do objeto de intervenção, é necessário que as práticas projetuais estejam embasadas no estudo das formulações do campo do restauro, que ainda que não sejam regras, devem promover uma crítica reflexão multidisciplinar durante o processo (Vieira, Maranhão e Vieira, 2013). Os autores observam que é comum que o IPHAN recorra à postura de retorno à “feição original”, muita vezes vista como garantia de “sucesso” da intervenção, e gerando reprimatização, como aconteceu em diversos exemplares do centro histórico de Recife e Olinda. Com isso, nota-se que o restauro deve garantir, além da preservação da memória, o respeito ao momento em que foi feita a intervenção.

A memória e a história tem papel de grande relevância para qualquer proposta de intervenção, pois o conhecimento profundo do bem que sofrerá a intervenção é condição *sine qua non* para a adoção de posturas conscientes quanto ao que se deseja em determinado projeto. Entretanto, a pesquisa histórica, etapa fundamental do processo do projeto de intervenção, não deve ser utilizada como justificativa para copiar ou reproduzir estilos do passado ou até mesmo para “buscar a feição original do edifício”, desconsiderando as fases por que determinada obra passou. (Vieira, Maranhão e Vieira, 2013)

Diante disso, adota-se a postura projetual de “conservação integral” das ruínas do Forte de São Jorge, presentes na quadra 45. Ainda com base nessa corrente teórica, o novo projeto, referente ao Mercado Público, apresenta uma independência respeitosa em relação aos elementos pré-existentes. Para isso, foi adotado o princípio da distinguibilidade, através da utilização de materiais e linguagem contemporâneas nas novas edificações inseridas. (Vieira, Maranhão e Vieira, 2013)

Uma vez que o projeto em questão abrange uma intervenção no patrimônio edificado, tratando-se das ruínas do Forte de São Jorge - cuja memória histórica deve ser preservada -, o desenvolvimento desse foi embasado por correntes teóricas atuais do campo da conservação, especificamente a “conservação integral”, postura de atuação intervencionista identificada por Kuhl e denominada por Carbonara. Esta pode ser melhor entendida em Vieira, Maranhão e Vieira (2013).

Apesar da “conservação integral” entender que o momento da conservação deve ser separado do momento da inovação, ou seja, após a conservação do pré-existente, passa-se a fase do projeto que se constitui em um “novo projeto” onde a liberdade criativa possui grande espaço, nas palavras do próprio autor, este novo projeto considera essa pré -existência: “um projeto do novo compatível mas não mimético, isto é respeitoso, dialeticamente consciente e, ao mesmo tempo, declaradamente legível e autônomo.” (BARDESCHI apud KÜHL, 2008, p. 85 – grifo dos autores).

ESTUDOS DE CASO

4.1 MERCADO DEL BORN

BARCELONA, 1878.

- Soria e Cáceres (restauração e reabilitação com o centro cultural)
- Vora Arquitectura (projeto urbano do entorno)

Figura 16 - Mercado del Born



https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mercat_del_Born_BCN.jpg

Figura 17 - Construção do mercado



<https://laspiedrasdebarcelona.blogspot.com/2018/04/el-mercado-del-born.html>

O mercado, conhecido no passado como “Catedral de Ferro e vidro”, foi projetado pelo arquiteto Josep Fontserè i Mestre, sendo um representante da arquitetura modernista catalã. Em 1920, passa a funcionar como o Mercado Central de frutas e verduras de Barcelona. Ao passar por uma obra de restauração para transformação em biblioteca pública, em 2002, foram descobertas ruínas do período medieval. Dessa forma, após várias discussões, decidiu-se transformá-lo no “El Born Centre de Cultura i Memòria”, em 2013, com auditório e salas de exposições culturais, a partir de um projeto de restauro que proporcionou a exposição do sítio arqueológico em seu interior para os visitantes.

Fontes e Galarce (2022) descrevem que o edifício conecta duas partes importantes da cidade: o parque da Ciutadella e o centro histórico, e é acessado por duas entradas opostas e alinhadas com as ruas do entorno, sendo a rua da frente pedestrianizada após o projeto urbano. Esse alinhamento aliado à concordância do piso interior com o nível da calçada, bem como a abundante iluminação natural, atrai os pedestres a atravessarem o interior do mercado, reforçando o caráter público do equipamento. Também buscou-se reforçar a monumentalidade do edifício através da reforma urbana, que gerou um vazio no entorno para trazer protagonismo à construção.

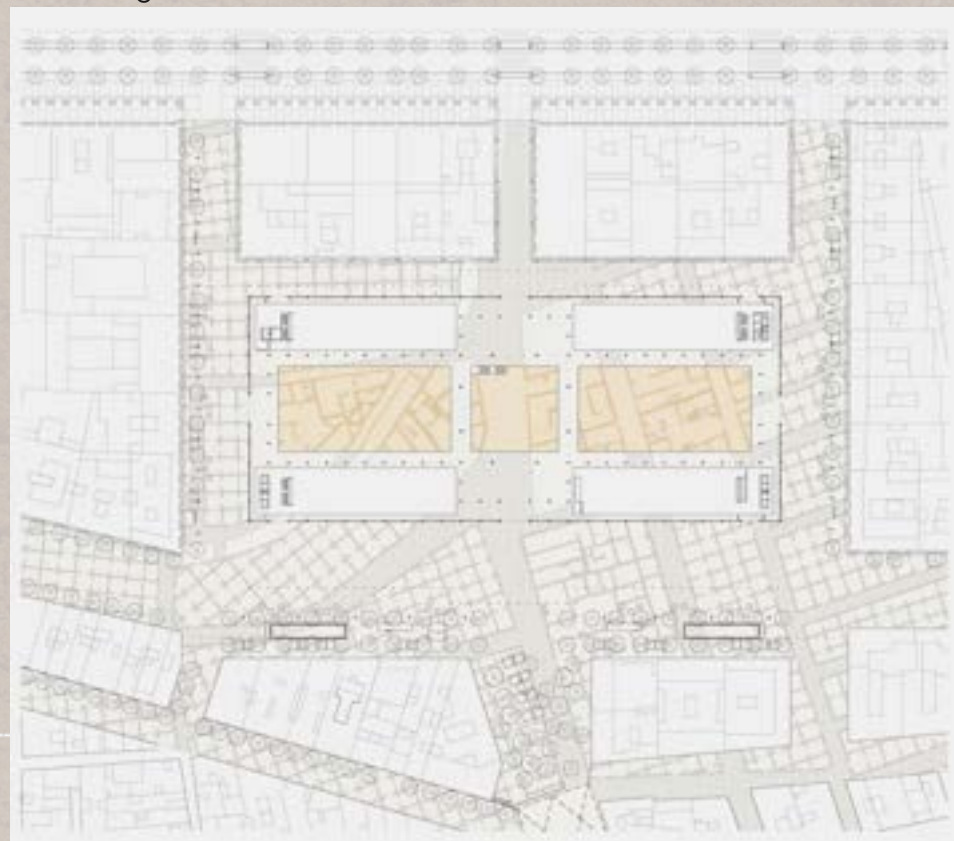
O vazio como estratégia projetual de reforço ao caráter de monumentalidade também foi utilizado no interior do mercado, garantindo que os olhares dos visitantes sejam atraídos para os serviços, para os materiais componentes da estrutura do mercado, e, principalmente, para as ruínas no solo, que são circundadas por plataformas elevadas. A disposição da plataforma gera um grande vazio cortado por duas passarelas, garantindo a circulação dos visitantes enquanto observam o sítio arqueológico no nível inferior, grande protagonista do espaço (Fontes e Galarce, 2022). Dessa forma, observa-se que tanto o projeto de restauro quanto o projeto urbano da Praça Comercial buscaram, permitiram que o patrimônio arquitetônico contasse sua própria história.

Figura 18 - Planta de situação com sobreposição do traçado histórico (mercado em vermelho).



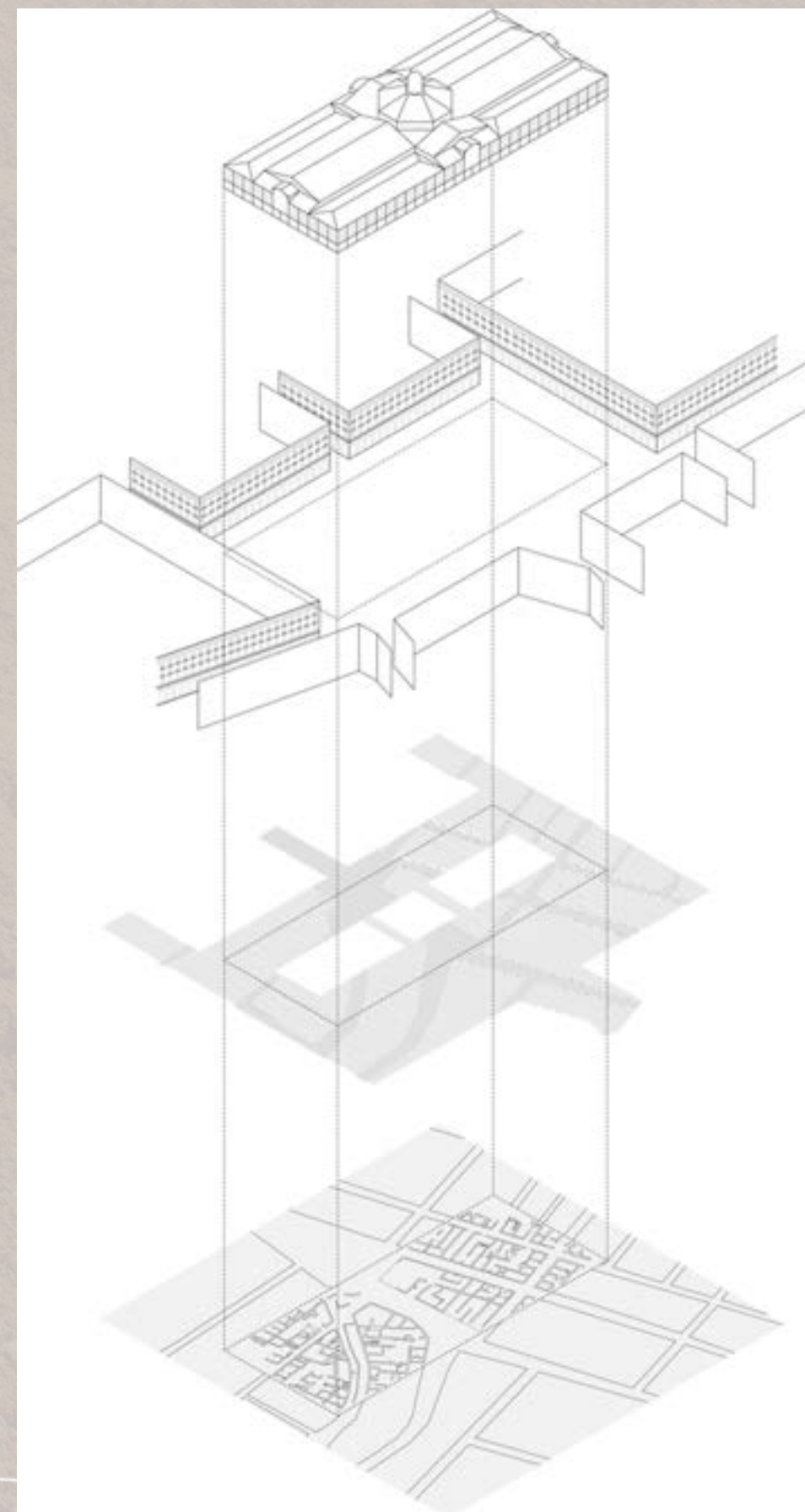
<http://www.vora.cat/ca/projecte/entorns-mercat-del-born>

Figura 19 - Planta baixa do mercado e entorno urbano.



<http://www.vora.cat/ca/projecte/entorns-mercat-del-born>

Figura 20 - Seção transversal do mercado



<http://www.vora.cat/ca/projecte/entorns-mercat-del-born>

Figura 21 - Interior do mercado



<https://www.lavanguardia.com/participacion/las-fotos-de-los-lectores/20191204/472050765456/mercado-born-arquitectura-arqueologia-medieval-barcelona.html>

Figura 22 - Interior do mercado



Figura 23 - Entorno do mercado



<https://sites.google.com/site/barcelonamodernista/mercado-del-born>

<https://www.lugaresconhistoria.com/la-ciudad-del-born-barcelona>

4.2 MERCADO DE ENCANTS

BARCELONA, 2013.

- b720 Fermín Vázquez Arquitectos

Marcado por ser um comércio de rua informal e ao ar livre, que acontece há centenas de anos, o novo projeto para o mercado Els Encants tinha como principal objetivo respeitar o caráter aberto e o contato com a rua. O espaço foi pensado de forma contínua e com planos levemente inclinados, criando uma trama de caminhos que se confundem, com módulos de pequenas lojas, passando aos visitantes a sensação de passearem por uma rua pedonal. Isso foge do padrão dos modernos centros comerciais, o que era intenção dos arquitetos.

São dois níveis no subsolo, dedicados a instalações e estacionamento, além do nível do mercado.

O mercado conta com uma grande cobertura suspensa a cerca de 25 metros de altura, composta por elementos de diferentes larguras, protegendo da radiação solar e configurando-o como um equipamento urbano exuberante. Com formas e materiais contemporâneos, a arquitetura da cobertura é um interessante contraponto ao mercado centenário de rua. Do interior, ao olhar para cima, é possível avistar a cidade refletida na cobertura, sendo uma forma inusitada de integrar a cidade à intervenção, além de refletir a iluminação. Também é estimulado o encontro entre as pessoas através do projeto, a partir da valorização das esquinas.

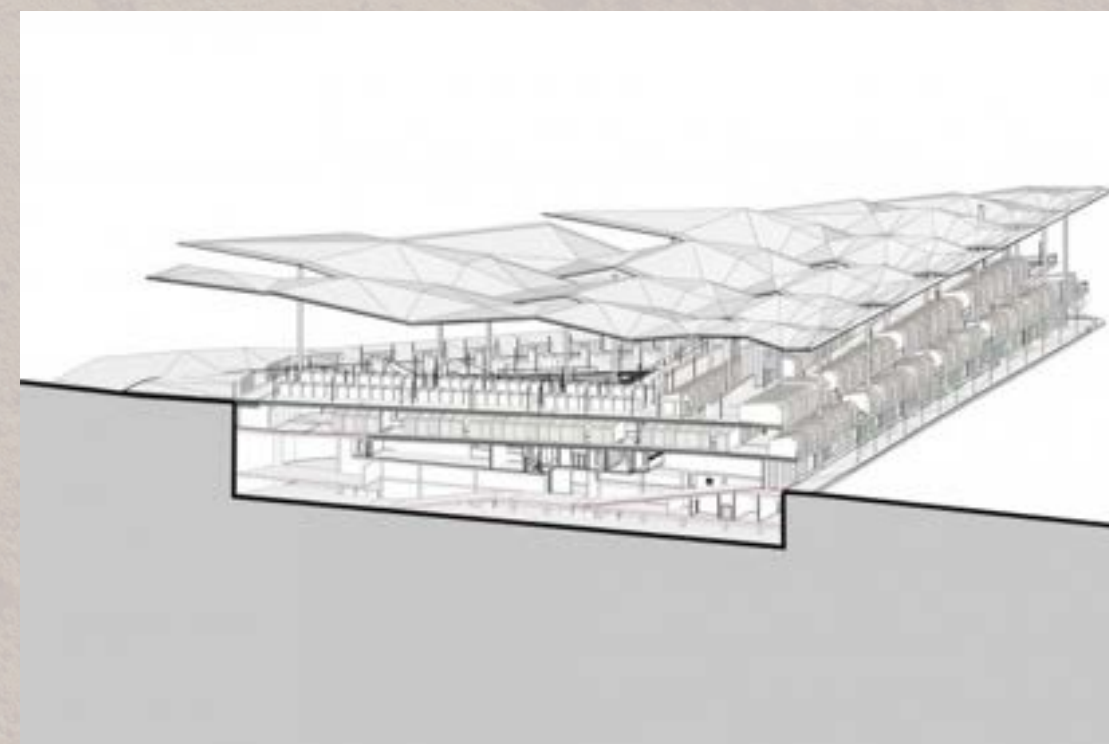
Não apenas os módulos da cobertura são variados, como também a malha de pilares, que possuem distâncias distintas, que, junto à trama sinuosa de caminhos, quebra a monotonia do espaço e leva o indivíduo, de fato, às sensações de uma feira ao ar livre.

Figura 24 - Mercado de Encants



<https://www.publicspace.org/works/-/project/h078-mercat-dels-encants>

Figura 25 - Seção do mercado



<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.157/5027?page=2>

4.3 MERCADO DA ENCRUZILHADA

RECIFE, 1950.

- Projeto de Waldomiro Lima, escritório técnico da Prefeitura do Recife.

Figura 26 - Mercado da Encruzilhada



Fonte: Autora, 2023.

Construído em concreto armado, o Mercado da Encruzilhada possui poucos elementos ornamentais, normalmente em formas geométricas. Sua fachada é marcada por uma marquise em balanço e esquadrias basculantes em ferro e vidro. Sua coberta, em telhas francesas, é escondida por uma platibanda. Dessa forma, o mercado se aproxima do protorracionalismo. É possível notar que a quadra em que o mercado se localiza é zoneada em área de estacionamento, paradas de ônibus, área de feira livre, bancas de jornal, coretos e o mercado.

O mercado tem 9.000m², dos quais 5.000m² são jardins (Gomes, 2019) e, de acordo com o site da Prefeitura do Recife, é composto por 214 boxes, nos quais são comercializadas frutas, verduras, cereais, miudezas, artesanato, frios, carnes e aves. Ainda segundo esta, originalmente haviam dois restaurantes e dois bares, sendo hoje dezessete.

O mercado é circundado por um grande jardim, pensado pelos projetistas para conferir vivacidade e higiene ao local. Internamente, o volume é cortado por circulações cobertas e descobertas, cuja principal encontra-se na região central, que garantem iluminação e ventilação naturais ao espaço, importantes para o conforto e salubridade do local. Ainda assim, alguns corredores não possuem uma boa iluminação natural, transmitindo a sensação de insegurança em horários de menor circulação de pessoas. Há, ainda, um segundo pavimento, que pode ser acessado por duas circulações verticais distintas.

De acordo com Gomes (2019), os boxes foram dispostos de forma a aproveitar a iluminação e ventilação natural, e zoneados de acordo com a semelhança entre o tipo de produto ofertado. Existem duas câmaras frigoríficas para armazenamento de mercadorias e duas áreas de carga e descarga. Na área de bares, existem cozinhas, despensas e uma generosa ala de atendimento aos consumidores, com balcões. Os boxes apresentam cerca de 7m², cujos originais apresentavam piso em cerâmica semelhante à granito, e um painel superior em muxarabi, permitindo a passagem da ventilação. Desses, só resta um atualmente, os demais foram reformados pelos proprietários.

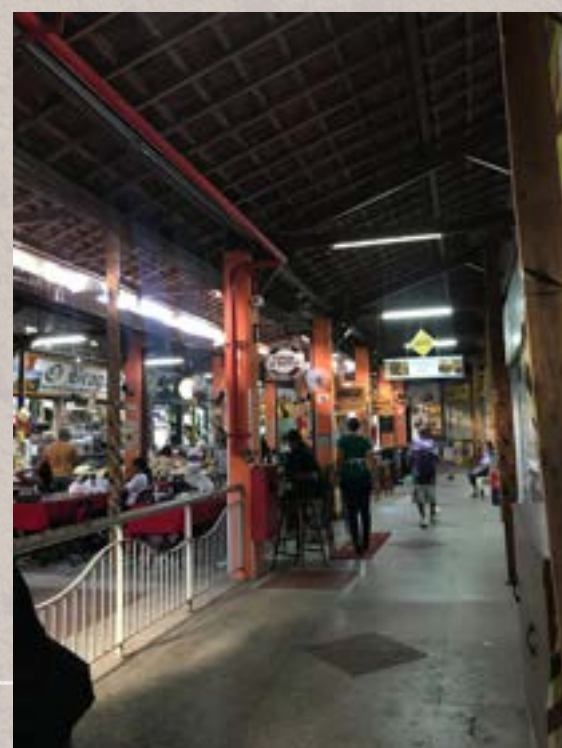
Figura 27 - Zoneamento do Mercado da Encruzilhada



Fonte: Gomes, 2019.

Durante a visita de campo, realizada no fim de semana, no turno da tarde, foi possível notar que as áreas com maior concentração de pessoas eram o coreto, onde diversos idosos jogavam dominó; a área de bares, onde havia música ao vivo; e os restaurantes internos. Foi relatado que no período da manhã existe bastante movimento na feira livre e nos comércios internos.

Figuras 28 à 35 - Zoneamento do Mercado da Encruzilhada



Fonte: Autora, 2023.

PILAR DE RESISTÊNCIA



Figura 36- Habitações precárias no Pilar
Fonte: Brenda Alcântara, 2020.



Figura 37 - Criança com pés descalços
Fonte: Brenda Alcântara, 2020.



Figura 38- Interior de habitação precária
Fonte: Brenda Alcântara. 2020.



Figura 39 - Mulher lavando objetos em bacias
Fonte: Brenda Alcântara, 2020.



Figura 40 - Homem sentado no jardim de casa.
Fonte: Brenda Alcântara, 2020.



Figura 41 - Família em habitação precária
Fonte: Brenda Alcântara, 2020.

5.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BAIRRO E RECORTE DE INTERVENÇÃO

Após o entendimento sobre o passado, é fundamental a análise do contexto em que se insere a Comunidade do Pilar atualmente. Sendo assim, este capítulo será dedicado ao estudo do Bairro do Recife, da comunidade e do recorte de intervenção em que se inserem as quadras para implantação do Mercado Público do Pilar, abordando, por exemplo, análises urbanas, sociais e econômicas, que nortearão as decisões projetuais.

Figura 42 - Mapa do estado de Pernambuco, Brasil



Fonte: QGIS Development Team; IBGE, 2022. Adaptado pela autora.

Figura 43 - Mapa do Município de Recife, Pernambuco



Fonte: QGIS Development Team; IBGE, 2022. Adaptado pela autora.

LOCALIZAÇÃO

O Bairro do Recife está localizado no centro da cidade do Recife (Pernambuco, Brasil), e se encontra na Região político-administrativa 1 (RPA1), sendo parte do sítio histórico da cidade, junto com os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista (IPHAN, 2018). Atualmente, configura-se como uma ilha acessada por quatro pontes: Ponte do Limoeiro (que interliga o Bairro do Recife ao de Santo Amaro), Ponte Buarque de Macedo, Ponte Maurício de Nassau e Ponte 12 de Setembro (que o conectam ao bairro de São José).

Figura 44 - Mapa das RPAs do Recife

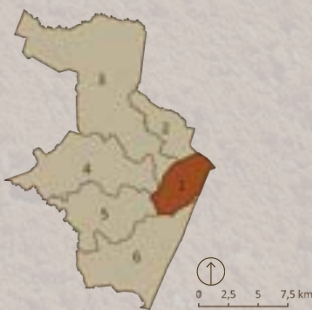


Figura 45 - Mapa do Bairro do Recife

Fonte: QGIS Development Team; Dados do Recife, Prefeitura do Recife. Adaptado pela autora.



Figura 46 - Localização da comunidade do Pilar
Fonte: QGIS Development Team; Dados do Recife, Prefeitura do Recife. Adaptado pela autora.



Figura 47 - Mapa de pontes de acesso e rios do bairro do Recife



Fonte: QGIS Development Team; Dados do Recife, Prefeitura do Recife. Adaptado pela autora, 2023.

PONTES DE ACESSO AO BAIRRO DO RECIFE:

- 1. PONTE DO LIMOEIRO
- 2. PONTE BUARQUE DE MACEDO
- 3. PONTE MAURÍCIO DE NASSAU
- 4. PONTE 12 DE SETEMBRO

Figura 48 - Estudo de Mobilidade no bairro do Recife



Fonte: Mapstyle. Adaptado pela autora, 2023.

Figura 49 - Imagem aérea da comunidade do Pilar e entorno próximo.



Fonte: AgenciaJCMazella.

Figuras 50 e 51 - Entorno da comunidade



Figuras 52 à 55 - Comunidade do Pilar.



Fonte: Autora, 2023.

Figuras 56 à 62 - Comunidade do Pilar.



Fonte: Autora, 2023.

Figura 63 - Igreja Nossa Senhora do Pilar e ocupações do entorno.



Figura 64 - Habitacionais do Pilar.



Figura 65 - Crianças da comunidade.



Fonte: Autora, 2023.

O Bairro do Recife está localizado no centro da cidade do Recife (Pernambuco, Brasil), e se encontra na Região político-administrativa 1 (RPA1), sendo parte do sítio histórico da cidade, junto com os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista (IPHAN, 2018). Atualmente, configura-se como uma ilha acessada por quatro pontes: Ponte do Limoeiro (que interliga o Bairro do Recife ao de Santo Amaro), Ponte Buarque de Macedo, Ponte Maurício de Nassau e Ponte 12 de Setembro (que o conectam ao bairro de São José). Os usos predominantes são o comercial, institucional (como a Prefeitura do Recife) e de serviço. Dentre esses, estão o Porto do Recife, que atende quase toda a região Nordeste do Brasil, e o Porto Digital, maior parque tecnológico urbano e aberto do país, que apresenta um faturamento de mais de 4 bilhões de reais, reunindo 350 empresas e 171 hectares em área total, se espalhando também para os bairros de Santo Antônio, São José e Santo Amaro (Porto Digital, 2022). Além disso, diversos prédios de valor histórico se encontram abandonados e em degradação.

A cidade do Recife foi crescendo em função da localização do Porto e de sua área comercial. Dessa forma, a atual malha viária da cidade e de sua região metropolitana (formada por 14 municípios), configura-se atualmente como uma rede de ruas e avenidas em forma radial concêntrica, estruturada a partir da RPA1, primeira área de desenvolvimento da cidade (Plano de mobilidade urbana do Recife).

No encontro entre a Rua Bernardo Vieira de Melo e a Rua do Moinho, onde funcionava a Fábrica do Moinho Recife (construída entre 1914 e 1919), está sendo desenvolvido o que está sendo considerado o maior retrofit do Nordeste, “Moinho Recife Business & Life”, abrangendo espaços corporativos, comerciais e unidades residenciais de alto padrão, em que foram investidos cerca de 80 milhões de reais. Os silos de armazenamento de grãos da antiga fábrica estão sendo transformados em dois prédios com 251 unidades tipo studio (Jornal do Commercio, 2022). Foram determinadas ações mitigadoras para a efetivação do empreendimento, algumas direcionadas para a comunidade, como a requalificação urbanística da Rua de São Jorge; participação no custeio da remoção da ocupação no entorno da Igreja do Pilar; com a construção do mercado popular para os comerciantes da quadra 60 (248ª reunião ordinária, Conselho de Desenvolvimento Urbano, 13 Jul. 2018).

No cruzamento entre a Rua do Ocidente e Cais do Apolo, por sua vez, será construído o “Yolo Coliving”, primeiro coliving do Brasil, 225 unidades habitacionais, possibilidades de aluguéis de curta e longa temporadas e investimento inicial de 55 milhões de reais.

Figura 66 -Moinho Recife Business & Life



Fonte: <https://blog.urbansystems.com.br/moinho-recife-business-life-revitaliza-patrimonio-no-centro-da-capital-pernambucana/>

Figura 67 - Yolo Coliving



Fonte: <https://www.revistasim.com.br/colivings-europeus/>

Tanto o “Moinho Recife Business & Life” quanto o “Yolo Coliving” possuem estimativa de conclusão das obras em 2024. Nota-se que os empreendimentos, ambos de alto padrão, são vizinhos à Comunidade do Pilar, apontada como a mais pobre do Recife. Dessa forma, evidencia-se, ainda mais, a necessidade de investimento em infraestrutura destinada a esta, que, caso permaneça em estado de abandono, sentirá ainda mais os efeitos do processo de gentrificação.

Na Comunidade do Pilar, as quadras 45, 46 e 55 atualmente configuram-se como vazios urbanos cobertos por vegetação espontânea. Até recentemente, apresentavam uma ocupação de habitações insalubres, que foram removidas com o início das obras do PRUISCP. Na quadra 45, é possível observar, em ruínas, as estruturas de residências do século XIX, onde também se encontram as ruínas do Forte de São Jorge, em uma área isolada por tapumes cujas escavações ainda não foram iniciadas. Na quadra 46, as escavações já foram finalizadas.

Figura 68 - Pesquisa realizada pelo projeto



Na Comunidade do Pilar, as quadras 45, 46 e 55 atualmente configuram-se como vazios urbanos cobertos por vegetação espontânea. Até recentemente, apresentavam uma ocupação de habitações insalubres, que foram removidas com o início das obras do PRUISCP. Na quadra 45, é possível observar, em ruínas, as estruturas de residências do século XIX, onde também se encontram as ruínas do Forte de São Jorge, em uma área isolada por tapumes cujas escavações ainda não foram iniciadas. Na quadra 46, as escavações já foram finalizadas.

Após esse histórico demonstrando a relevância do Pilar em relação ao patrimônio histórico memorial e imemorial, vale lembrar que somente há pouco tempo, principalmente após os achados arqueológicos das quadras 46 e 55, a região vem sendo conhecida, de forma muito lenta, pela população. Mesmo sendo alvo de diversas pesquisas acadêmicas, existe apatia em relação às condições precárias de sobrevivência da comunidade, que, até pouco tempo, sobrevivia atrás de barreiras físicas que as escondiam na paisagem do bairro turístico.

Segundo Santos (2019), a Prefeitura do Recife declarou em 2005, no atlas municipal da cidade, que haviam 1.315 habitantes na comunidade, quando os moradores afirmam que, na verdade, existem cerca de 2000.

Mesmo que grande parcela dos recifenses sequer tenham conhecimento da existência da comunidade do Pilar, certamente já cruzaram com diversos moradores em seus passeios turísticos pelo pólo Bom Jesus e áreas de entorno. Eles estão ali, entre os barraqueiros, vendedores de água ou coletores de materiais recicláveis. De acordo com pesquisa comunitária³ divulgada em 2023 pelo projeto Alianças para Transformação Urbana, 76% da população trabalha com o comércio informal e 13% das famílias possuem pelo menos um membro coletor de materiais recicláveis. 50% das famílias sobrevivem com renda entre meio e um salário mínimo (figura 29).

Atualmente, existem duas associações de barraqueiros na comunidade, a “Associação dos empreendedores da Comunidade do Pilar”, com 12 associados, e a “Associação do Pilar II”, com 10 associados. De acordo com a presidente da primeira, existe uma grande carência por espaços onde os comerciantes do bairro possam desenvolver suas atividades, havendo, também, o desejo de trabalharem com artesanato.

³“Foram aplicados questionários para 160 famílias no Conjunto Habitacional do Pilar, o que representa 64% das unidades habitacionais. Nessas moradias, vivem 489 pessoas e foram obtidos dados mais detalhados de 252 moradores.” Alianças Para Transformação Urbana, 2023)

Observa-se, a partir do estudo do contexto atual em que se insere o Bairro do Recife, que vem ocorrendo um grande incentivo ao uso habitacional, o que se comprova através dos empreendimentos imobiliários que vêm sendo construídos, que trarão maior densidade populacional. Esse aumento do número de moradores requer suporte às suas necessidades básicas cotidianas, como abastecimento alimentar, havendo atualmente uma deficiência em relação a isso no Bairro do Recife, uma vez que a maioria dos comércios e serviços são voltados para o turismo, como evidenciado pelo mapa de uso e pelo mapa de mercados públicos do bairro. Ao garantir esse suporte, também se incentiva a chegada de novos moradores.

Figura 69 - Mapa de usos do entorno da Comunidade do Pilar

- LEGENDA
- 1.Forte do Brum
 - 2.Prefeitura do Recife
 - 3.Porto de Recife
 - 4.Tribunal Regional do Trabalho
 - 5.Fábrica do Pilar
 - 6.Igreja de N. S. do Pilar
 - 7.Terminal Marítimo de Passageiros
 - 8.Yolo Coliving
 - 9.Moinho Recife



- LEGENDA
- | | |
|-----------------------------------|--|
| COMERCIAL / INDUSTRIAL / SERVIÇOS | LAZER / OUTROS |
| RESIDENCIAL / MISTO | RELIGIOSO |
| INSTITUCIONAL / EDUCACIONAL | ESTACIONAMENTO / EDIFICAÇÃO ABANDONADA |
| OCUPAÇÕES | |

Fonte: QGIS Development Team; Dados do Recife, Prefeitura do Recife. Adaptado pela autora.

MERCADOS PÚBLICOS DO RECIFE

1. Mercado Público de Nova Descoberta
2. Mercado Público de Beberibe
3. Mercado Público de Casa Amarela
4. Mercado de Água Fria
5. Mercado da Encruzilhada
6. Mercado de Santo Amaro
7. Mercado Público do Cordeiro
8. Mercado da Madalena
9. Mercado da Boa Vista
10. Mercado de São José
11. Mercado Público de Afogados

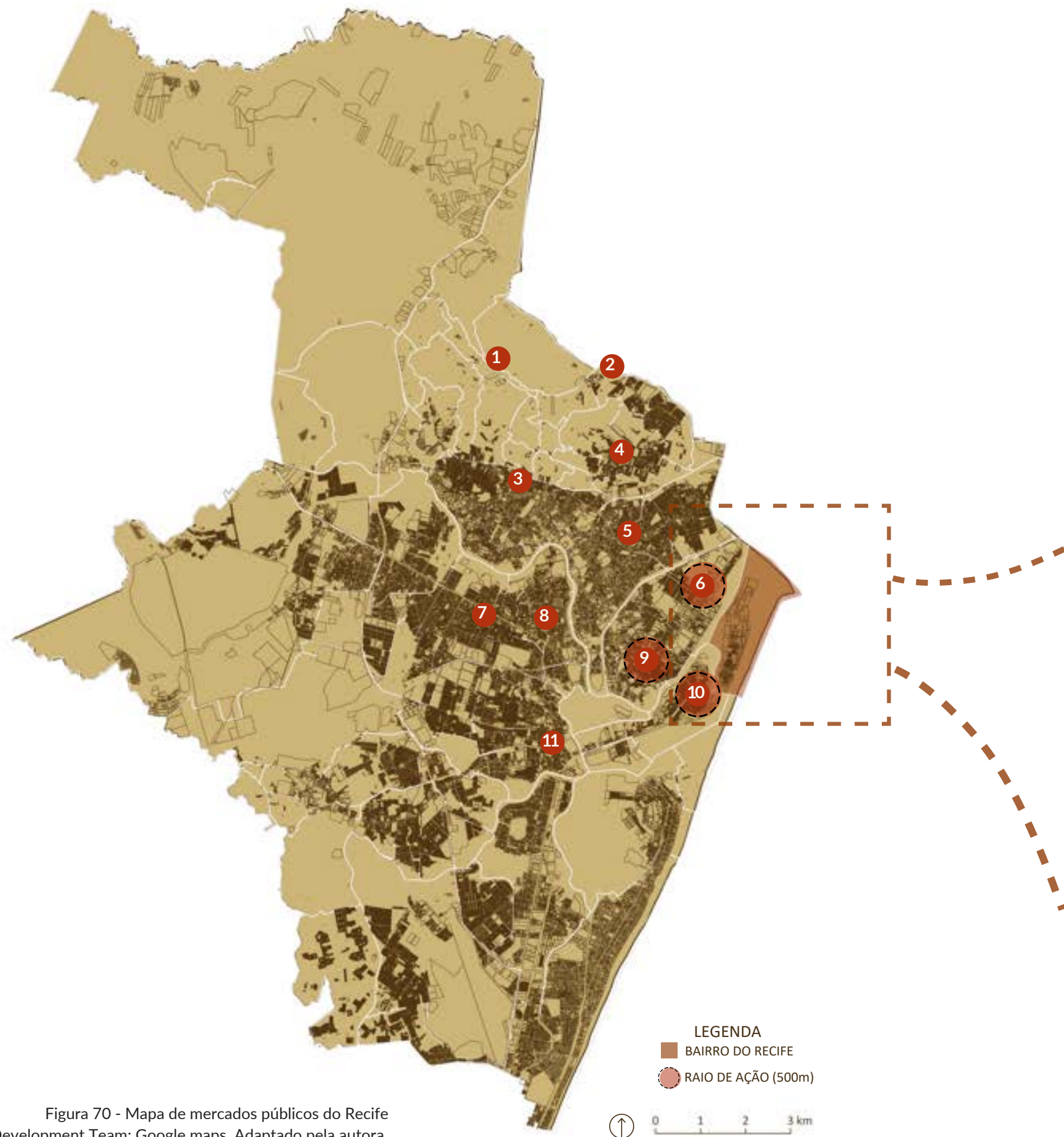
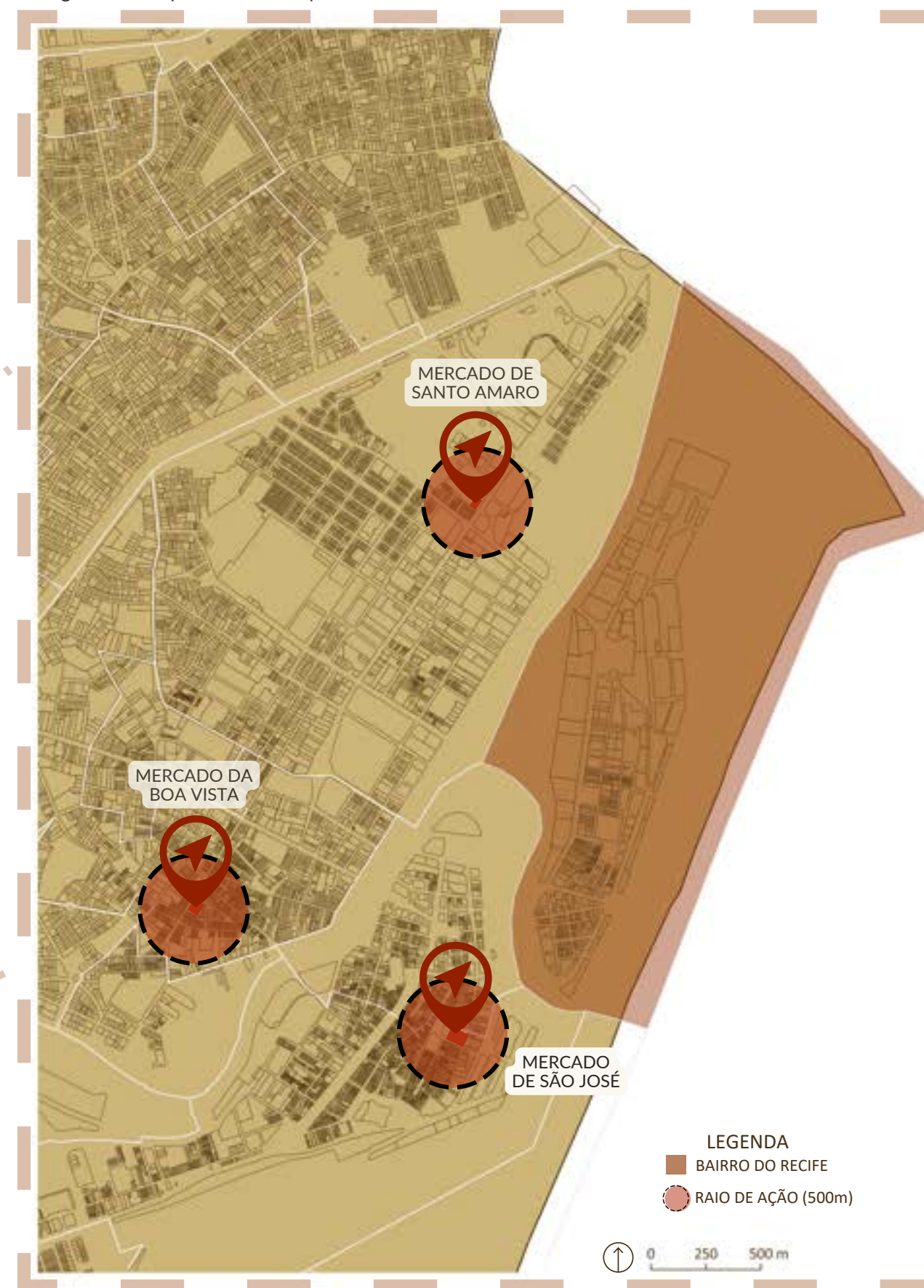


Figura 70 - Mapa de mercados públicos do Recife
Fonte: QGIS Development Team; Google maps. Adaptado pela autora.

Além disso, considera-se importante o incentivo ao deslocamento por meio de modais ativos dentro do bairro, por caminhadas ou ciclismo, permitindo uma menor circulação de automóveis na ilha. Dessa forma, ao garantir a realização de compras do dia-a-dia dentro de um raio de caminhabilidade de 500 metros, tanto para os moradores da própria Comunidade do Pilar, quanto para os empreendimentos instalados no entorno, incentiva-se o deslocamento a pé e a apropriação das ruas pelos pedestres. Essa proximidade ainda permite que o estacionamento do empreendimento Moinho Recife Business & Life, por exemplo, também seja usado pelos visitantes do Mercado Público do Pilar.

Figura 71 - Mapa de mercados públicos no entorno do bairro do Recife



Fonte: QGIS Development Team; Google maps. Adaptado pela autora.

5.2 LEGISLAÇÃO INCIDENTE

Para o desenvolvimento do Mercado Público do Pilar, foi levada em consideração a legislação incidente sobre a área, sendo ela formada pelas leis:

Plano Diretor 2020: ZEIS Pilar

Lei de Uso e Ocupação do Solo 1996: ZEPH Rigoroso

Plano específico de revitalização da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

Essas serão detalhadas nos itens a seguir.

PLANO DIRETOR 2020: ZEIS PILAR

O Art.20 do Plano Diretor estabelece, dentre outros, os seguintes objetivos da estruturação espacial do Recife:

I - garantir a multiplicidade de usos nas diversas partes do território, compatíveis com a capacidade da infraestrutura urbana instalada ou projetada, por meio da aplicação dos instrumentos urbanísticos e de modo a contribuir para a redução dos deslocamentos;

VII - estimular a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços complementares ao uso habitacional, compatíveis com a capacidade de carga das vias e manutenção das práticas locais, com vistas à minimização dos deslocamentos rotineiros;

X - promover a requalificação e a dinamização das áreas de centralidades;

XII - estimular a implantação de usos habitacional, comercial e de serviços ao longo dos corredores de transporte e nas áreas de centro e centralidades;

XVI - ampliar espaços verdes públicos visando atender a demanda crescente por espaços de lazer, esporte, saúde, relaxamento e bem-estar da população, assim como promover a resiliência aos impactos climáticos.

Com isso, evidencia-se que o uso proposto para as quadras de intervenção está alinhado com as premissas do Plano Diretor para o ordenamento da cidade do Recife, uma vez que o Bairro do Recife se configura como uma área de centralidade, que, aliado a isso, vem passando por um adensamento populacional, principalmente após a implantação dos novos empreendimentos que vem sendo planejados para o bairro, já tratados anteriormente. Esse adensamento requer a multiplicidade de usos na área, para suprir as necessidades básicas dos moradores. Dessa forma, nota-se que o projeto do Mercado Público do Pilar é condizente com o que é determinado pela legislação.

O Plano Diretor 2020 considera o Pilar como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS I), uma vez que é uma área de assentamento habitacional espontâneo consolidado de população de baixa renda, carentes de infraestrutura básica e passíveis de urbanização, subdividida em duas categorias, sendo o Pilar integrante da primeira:

I - Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1) - caracterizada como áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, consolidados, carentes de infraestrutura básica, que não se encontram em áreas de risco ou de proteção ambiental, passíveis de regularização urbanística e fundiária, bem como de construção de habitações de interesse social (HIS);

Os objetivos dessa categoria são, de modo geral, a garantia do direito à cidade, do investimento em condições de habitabilidade, da regularização urbanística, de equipamentos e espaços coletivos, e inibir a especulação imobiliária e comercial.

I - Zona Especial de Interesse Social 1 em planície (ZEIS 1 Planície):

- a) coeficiente de aproveitamento mínimo - 0,5;
- b) coeficiente de aproveitamento básico - 1,0;
- c) coeficiente de aproveitamento máximo - 2,0;

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 1996: ZEPH RIGOROSO

A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) define como Zona de Diretrizes Específicas (ZDE), as áreas que demandam mais cuidado na definição de parâmetros reguladores. As ZDE se subdividem em seis categorias, dentre as quais a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), em que o Bairro do Recife se localiza (ZEPH 09), uma vez que é formada por sítio histórico e ruínas cuja manutenção é importante para preservação da memória arquitetônica, urbanística e paisagística da cidade.

A ZEPH se divide, ainda, em dois setores, constando o recorte de intervenção no Setor de Preservação Rigorosa. “§ 1º O SPR é constituído por áreas de importante significado histórico e/ou cultural que requerem sua manutenção, restauração ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto” (LEI Nº 16.176/96 ; Art. 16).

PLANO ESPECÍFICO DE REVITALIZAÇÃO DA ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Com a finalidade de regular as intervenções urbanísticas na ZEPH 09, uma de duas diretrizes prevê a diversificação dos usos e atividades para revitalização do bairro, que devem sempre buscar a valorização da identidade (arquitetônica, histórica, cultural e paisagística) do lugar, bem como a valorização do patrimônio histórico existente incorporando-o aos novos empreendimentos e considerando seu impacto sobre a paisagem.

Para aprovação de qualquer obra ou instalação de atividades no perímetro da ZEPH-09, será necessariamente observada a relação do empreendimento com o conjunto arquitetônico do seu entorno, considerando:

Art. 6º:

- I - o traçado urbano;
- II - os elementos volumétricos e estilísticos dos imóveis e do conjunto arquitetônico;
- III - as características específicas das ruas e quadras que envolvem a área de intervenção;
- IV - o perfil das atividades instaladas nas proximidades;
- V - as condições da infra-estrutura disponível

Esta lei setoriza a ZEPH 09 em três áreas, sendo o Pilar enquadrado no Setor de Renovação, onde se observa a descaracterização do conjunto arquitetônico, devendo ser promovida:

Art. 11:

- I - a valorização dos monumentos e elementos arquitetônicos significativos;
- II - a otimização dos padrões de ocupação;
- III - a dinamização de usos e atividades.

Art. 12:

As intervenções públicas ou privadas deverão promover a renovação do conjunto urbano, através da:

- a) alteração do padrão atual de ocupação, com incremento construtivo nas áreas vazias ou subutilizadas;

- b) valorização dos Elementos Preserváveis, descritos no Anexo II desta Lei, através da sua incorporação aos novos empreendimentos, obedecendo as condições ali estabelecidas;
- c) ampliação da oferta de espaços destinados ao convívio público;
- d) implementação de condições favoráveis à instalação de usos habitacionais;
- e) recuperação ou ampliação da infra-estrutura existente.

Art. 13:

Serão admitidas intervenções urbanísticas ou arquitetônicas que introduzam novos padrões morfológicos, estilísticos ou volumétricos, desde que sejam compatíveis com:

I - A escala dos seguintes marcos referenciais na paisagem do Setor:

- a) dos monumentos e dos Elementos Preserváveis;
- b) dos galpões e dos silos de armazenagem.

II - A visualização dos monumentos tombados, em perspectivas que permitam sua valorização;

III - A visualização do conjunto paisagístico.

§ 1º As novas edificações deverão seguir o paramento existente.

§ 2º No caso de obras que impliquem na mudança do traçado urbano, deverá ser estabelecido, em projeto, novo paramento para o conjunto a ser edificado.

Art. 14:

Será permitido o remembramento de lotes para a incorporação de novos padrões urbanísticos e ampliação de áreas de convívio público, observando-se:

I - a modulação do edifício, definida a partir da estrutura formada pelo conjunto de edificações da quadra;

II - as aberturas, reforçando a modulação, tendo como referência as tipologias predominantes no bairro e seus elementos compositivos.

Art. 15:

As novas edificações deverão conter padrões de ocupação que viabilizem a provisão de áreas destinadas ao convívio público e estacionamento, garantindo:

I - áreas condominiais não edificadas, abertas à ventilação e iluminação natural, no pavimento térreo;

II - provisão de vagas para automóveis, considerando a proporção mínima de uma vaga para cada 50,00 m² de área edificada.

É importante ressaltar que a publicação desta Lei aconteceu em 1997, anos antes da descoberta das ruínas do Forte de São Jorge, que, portanto, não foram incluídas no anexo que lista os elementos preserváveis, diferentemente das ruínas da quadra 40 e 60, que eram “plenamente visíveis”, como descrito pela Lei. Dessa forma, é importante que as ruínas do Forte de São Jorge, datadas do início da ocupação do Recife, também sejam incluídas na mesma determinação.

CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DE RECIFE - LEI Nº 16.292/97

Art. 44. Para efeito desta Lei é adotada a classificação das edificações, em função das categorias de usos definidos na LUOS:

I - Habitacional;

II - Não-habitacional;

III - Misto.

§ 1º - HABITACIONAL - é o uso destinado a moradia.

§ 2º - NÃO HABITACIONAL - é o uso destinado ao exercício de atividades urbanas (comerciais, industriais, e outros).

§ 3º - MISTO - é aquele constituído de mais de um uso (habitacional e não-habitacional) ou mais de uma atividade urbana (não habitacional) dentro de um mesmo lote.

Art. 54. As edificações de uso não habitacional e misto destinadas às atividades urbanas, comerciais, industriais e outras, quando construídas dentro de um mesmo lote ou terreno, deverão obedecer, isoladamente, aos dispositivos da presente Lei, às legislações pertinentes e aos requisitos e parâmetros urbanísticos previstos na LUOS.

Art. 57. As edificações destinadas ao uso não habitacional e misto deverão dispor de instalações sanitárias destinadas, isoladamente, ao público e funcionários.

§ 1º - As instalações sanitárias destinadas ao público são dimensionadas conforme Anexo III, Tabela 04, desta Lei.

§ 2º - As instalações sanitárias destinadas aos funcionários atenderão, ainda, às normas da legislação de medicina e segurança do trabalho.

Art. 71. As edificações, quanto a adequação às pessoas com deficiência, classificam-se em visitáveis e acessíveis, de acordo com a atividade e seu porte.(Redação dada pela Lei nº 17147/2005)

§ 1º - São consideradas visitáveis todas as edificações onde se fizerem necessários os acessos a espaços comuns por pessoas com deficiências. (Redação dada pela Lei nº 17147/2005)

§ 2º - São consideradas acessíveis todas as edificações onde se fizer necessária a adequação, através de medidas que possibilitem a utilização, por parte dos deficientes, de todos os espaços e compartimentos, sem prejuízo do cumprimento das condições de acesso a espaços comuns.

Art. 73. As edificações de uso misto ou não habitacional serão consideradas visitáveis ou acessíveis, em função das atividades a que se destinam, conforme a discriminação constante da tabela 02 do Anexo III desta Lei.

Art. 126. Nas edificações de uso não habitacional ou misto, a largura das circulações de veículos e dos acessos, considerando-se o número de vagas em cada pavimento, obedecerá às condições abaixo indicadas:

I - até 50m(cinquenta) vagas, serão admitidas:

a) largura mínima de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) para a circulação em sentido único ou duplo de tráfego, independente do tipo de estacionamento;

Art. 173. As edificações de uso habitacional, não habitacional e misto, deverão possuir compartimentos ou espaços destinados à guarda temporária de recipientes acondicionadores de lixo.

Art. 176. Para efeito de cálculo do volume de lixo a ser armazenado, considera-se o equivalente a 4,6 (quatro virgula seis) litros diários por habitante, observados os parâmetros a seguir indicados, em função dos usos a que se destinam as edificações e do número de habitantes considerado para efeito de cálculo:

I - para o uso habitacional - 02 (dois) habitantes por dormitório;

II - para o uso não habitacional - 01 habitante para cada 7,00m² (sete metros quadrados) de área de construção (cfr Anexo III - Tabela 01);

Art. 177. Para efeito do acondicionamento do lixo, deverão ser considerados os seguintes parâmetros:

I - nas edificações de uso habitacional, não habitacional ou misto, com produção diária de até 1.000L (mil litros) de lixo, o acondicionamento poderá ser feito em sacos plásticos e recipientes com capacidade de 100L (cem litros);

II - nas edificações de uso habitacional, não habitacional ou misto, com produção diária superior a 1.000 L (mil litros) de lixo, o acondicionamento deverá ser feito em sacos plásticos e containers com capacidade de 1.200L (mil e duzentos litros);

Art. 231. As cotas de piso dos pavimentos térreos serão, no mínimo, as seguintes:

I - para os prédios de uso habitacional , 0,50m (cinquenta centímetros) acima do meio-fio;

II - para os prédios de uso não habitacional e misto 0,10 (dez centímetros) acima do meio-fio.

9) Toda edificação deverá ter no mínimo um sanitário.

9.1 Os vestiários deverão ter uma área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados) e, obedecerem às NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.

9.2 A área mínima para banheiros é de 1,50m² (um metro e cinquenta decímetros quadrados) por unidade.

9.3 A área mínima para lavatórios isolados é de 0.40m² (quarenta decímetros quadrados) por unidade.

9.4 A dimensão mínima admissível para os boxes em gabinetes sanitários é de 0,70m (setenta centímetros).

9.5 A distância mínima entre duas quaisquer peças não poderá ser inferior a 0,15m (quinze centímetros).

9.6 Os boxes situados em gabinetes sanitários coletivos sem paredes divisórias, deverão ter:

9.6.1 Área mínima = 0,60m² (sessenta decímetros quadrados) por chuveiro.

9.6.2 Largura mínima = 0,75m (setenta e cinco centímetros).

9.6.3 Distância mínima entre dois chuveiros - 0,70m (setenta centímetros).

9.7 Os boxes situados em gabinetes sanitários coletivos com paredes divisórias, deverão ter:

9.7.1 Área mínima = 0,60m²(sessenta metros quadrados).

9.7.2 Largura mínima = 0,75m (sessenta e cinco centímetros).

9.8 As bacias sanitárias situadas em gabinetes sanitários coletivos, deverão ter obrigatoriamente, paredes divisórias e, terão uma área mínima de 1,00m² (um metro quadrado) e largura mínima de 0,75m (setenta e cinco centímetros).

9.9 A área mínima do vão de ventilação do sanitário é de 0,30m² (trinta decímetros quadrados).

v12) As escadas para acesso de um pavimento ao pavimento imediatamente superior, terão largura útil não inferior a 0,80m (oitenta centímetros) e, degraus com altura máxima (espelho) de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima (piso de 0,25m) (vinte e cinco centímetros).

OBSERVAÇÕES:

- 1) Para rampas curvas admitem-se inclinação de 8,33% e raio mínimo de 3,00m (três metros) medidos no perímetro interno à curva
- 2) Em patamares externos deve ser prevista inclinação transversal de no máximo 2%.
- 3) Devem ser previstas bordas laterais em formade ressalto com altura minima de 0,05m (cinco centímetros) para orientação e maior proteção de pessoas portadoras de deficiência sensorial, visual e ambulatória parcial.
- 4) As rampas para deficientes deverão atender às especificações da ABNT referentes a maioria.

anexo III - Tabela 4, observações:

5) As edificações com área total de construção acima de 750,00m² (setecentos e cinqüenta metros quadrados) deverão ter para cada 400,00m² (quatrocentos metros quadrados) de área acrescida ou FRAÇÃO, mais um conjunto de peças sanitárias, por sexo, e em um total 2% (dois por cento) de peças acrescidas, com o mínimo de uma (01), sejam adaptadas para pessoas portadoras de deficiência sensorial, visual e ambulatória parcial.

5.1 - Quando as instalações sanitárias não estiverem no mesmo pavimento dos compartimentos que deverão servir, ficarão situadas pela menos nos pavimentos imediatamente interior ou superior.

5.2 -Quando houver instalações sanitárias privativas em cada unidade, as edificações ficam desobrigadas desta exigência, devendo apresentar no pavimento as instalações sanitárias para o público exigidas para a área total de construção entre 401,00m² e 750,00m² indicadas na tabela.

6) Os sanitários localizados em áreas que tiverem comunicação direta com compartimento ou espaços de uso comum ou coletivo serão providos de anteparo que impeça o devassamento de seu interior ou antecâmara.

6.1 - Quando for provido de antecâmara, a menor dimensão dela será igual ou maior que 0,80(oitenta centímetros).

ÁREA DE SOLO NATURAL

19) Condições e dimensionamentos estabelecidos na LUOS.

ESTACIONAMENTO

20) Condições e dimensionamentos estabelecidos na LUOS.

OBRA DE ARTE

21) Será exigida a aprovação do projeto, para toda as unidades habitacionais, não habitacionais e mistas com área igual ou superior a 1.000m² (um mil metros quadrados).

A INTERVENÇÃO

Após o levantamento histórico realizado anteriormente, entende-se que a origem do mercado público está relacionada à geração de encontros e, conseqüentemente, trocas entre as pessoas (tanto de produtos quanto de experiências). Também associa-se esse equipamento como um símbolo de urbanidade e livre apropriação das pessoas pelo espaço, ocorrendo inicialmente em praças e locais de encontros de fluxos. Ao longo dos anos, essa ideia foi sendo deturpada, e os mercados foram sendo usados como forma de controle governamental e higienização da cidade diante da “poluição visual” causada pelas feiras nas praças. Diante disso, este projeto tem a intenção de retomar às origens do mercado público, gerando, através de estratégias projetuais, um espaço de manifestações sociais e culturais da comunidade do Pilar.

Por último, ressalta-se a carência por equipamentos públicos na Comunidade do Pilar, cuja população, além de moradias dignas, também tem direito a espaços de lazer e convivência. Ademais, existe a importância de promover protagonismo à Comunidade do Pilar, conectando-a de forma ativa ao Bairro do Recife ao trazer um equipamento âncora para dentro de

seus limites, modificando a atual dinâmica de deslocamento dos comerciantes para os locais de trabalho para o deslocamento dos clientes até eles, que poderão trabalhar próximos às suas casas e famílias. Essa estratégia também diminui possibilidade de especulação imobiliária na área (problema apontado por Nery), uma vez que a garantia de proximidade entre trabalho e moradia é capaz de gerar vínculos entre as pessoas e a comunidade, reduzindo a prática comum de venda das unidades habitacionais recebidas.

Figura 72 - Comércio de peixe no Pilar



Fonte: Keila Vieira, 2017.

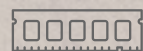
DIRETRIZES PROJETUAIS

Com base no levantamento histórico e nos estudos realizados a respeito do recorte de intervenção e seu contexto urbano, foram traçadas as diretrizes projetuais que norteiam o projeto. São elas:



ABRAÇAR

Remete à integração entre a intervenção e a arquitetura existente na comunidade, bem como a criação de conexão entre a comunidade e o bairro do Recife.



RECORDAR

Permitir que a história local seja contada através do patrimônio construído, fazendo uso de formas e materiais que remetem a períodos passados de forma respeitosa.



EMPODERAR

Garantir visibilidade a um lugar marginalizado através da inserção de um equipamento âncora, garantindo, também, a apropriação dos moradores pelo espaço e pela história local.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

Considerando a escala do Mercado Público do Pilar, a dinâmica comercial da região e as necessidades dos moradores, foram definidos os seguintes setores:

- **COMÉRCIO**
Módulo de boxes (1,45mx2,20m)
- **SERVIÇO**
Docas
Área de carga e descarga
Depósito de materiais de limpeza (D.M.L.)
Fábrica de gelo
Câmara fria
Depósito
Lixo
Vestiários
Sala de segurança
Administração
Copa
Estar
- **QUIOSQUES**
Módulo de quiosques
Área de mesas
WC P.C.D.
WC
- **ESPAÇO MULTIUSO**
pátio aberto descoberto
- **ESTACIONAMENTO**
15 vagas
- **MUSEU DE RUÍNAS**
Plataforma elevada descoberta
Espaço de expositores coberto

O TERRENO

Como apontado por Silva (2017), uma das características dos mercados públicos da antiguidade era permitir a diversidade de usos. Sabe-se, ainda, que com a descoberta do sítio arqueológico do Pilar, foram encontradas as ruínas do Forte de São Jorge, estudado anteriormente, que atualmente se encontram em estado de abandono e degradação. Dessa forma, percebe-se que o uso escolhido é oportuno para a estabelecer a conservação desses achados através da criação de um museu de ruínas.

Isso posto, o local escolhido para a implantação do Mercado Público do Pilar configura-se pelo desmembramento de duas quadras não loteadas, que são as 45 e 46, cujos limites são a Rua do Pilar, Rua Bernardo Vieira de Melo, Rua do Ocidente e Rua de São Jorge. O terreno do mercado é plano e possui 6.840m² e possui uma árvore (em frente à Igreja do Pilar). Outro fator que motivou a escolha foi a localização, uma vez que se encontra no centro da comunidade, sendo estratégica para a integração entre os equipamentos existentes no local. O terreno é margeado, na porção Norte pela Fábrica do Pilar, a Nordeste pela Igreja do Pilar, a Oeste pelo habitacional e pela Escola Municipal de Tempo Integral Nossa Senhora do Pilar, a Leste pela Praça do Pilar. No trecho Sul existe uma quadra vazia, a 55, onde, de acordo com a prefeitura, futuramente haverá um novo habitacional. Na Rua de São Jorge e na Rua do Pilar, próximo à Igreja, surgiu um novo aglomerado de habitações precárias, que serão demolidas e seus moradores realocados para os novos habitacionais.

Figura 73 - Mapa Nolli do entorno da Comunidade do Pilar



³Entrevista por comunicação oral com representante da Secretaria de Habitação no dia 18 de Jul. 2023.

LEGENDA

■ ÁREA CONSTRUÍDA

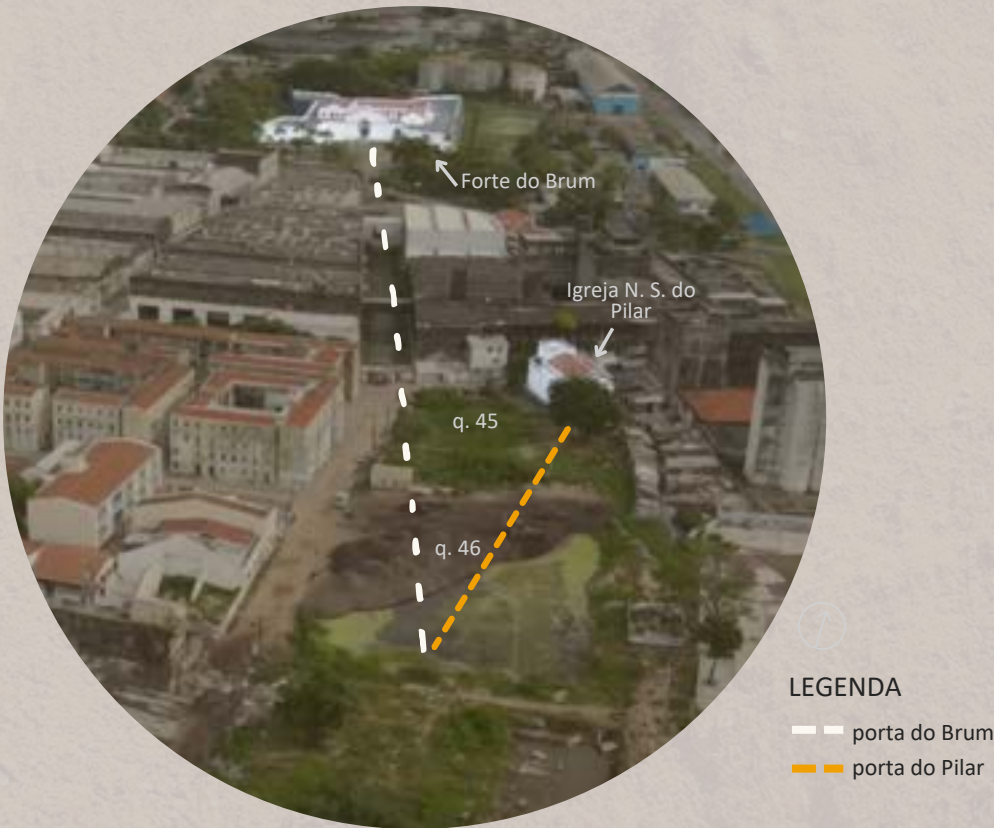
— COMUNIDADE DO PILAR

↑ 0 25 50 m

Fonte: QGIS Development Team; Dados do Recife, Prefeitura do Recife. Adaptado pela autora.

CONCEPÇÃO PROJETUAL

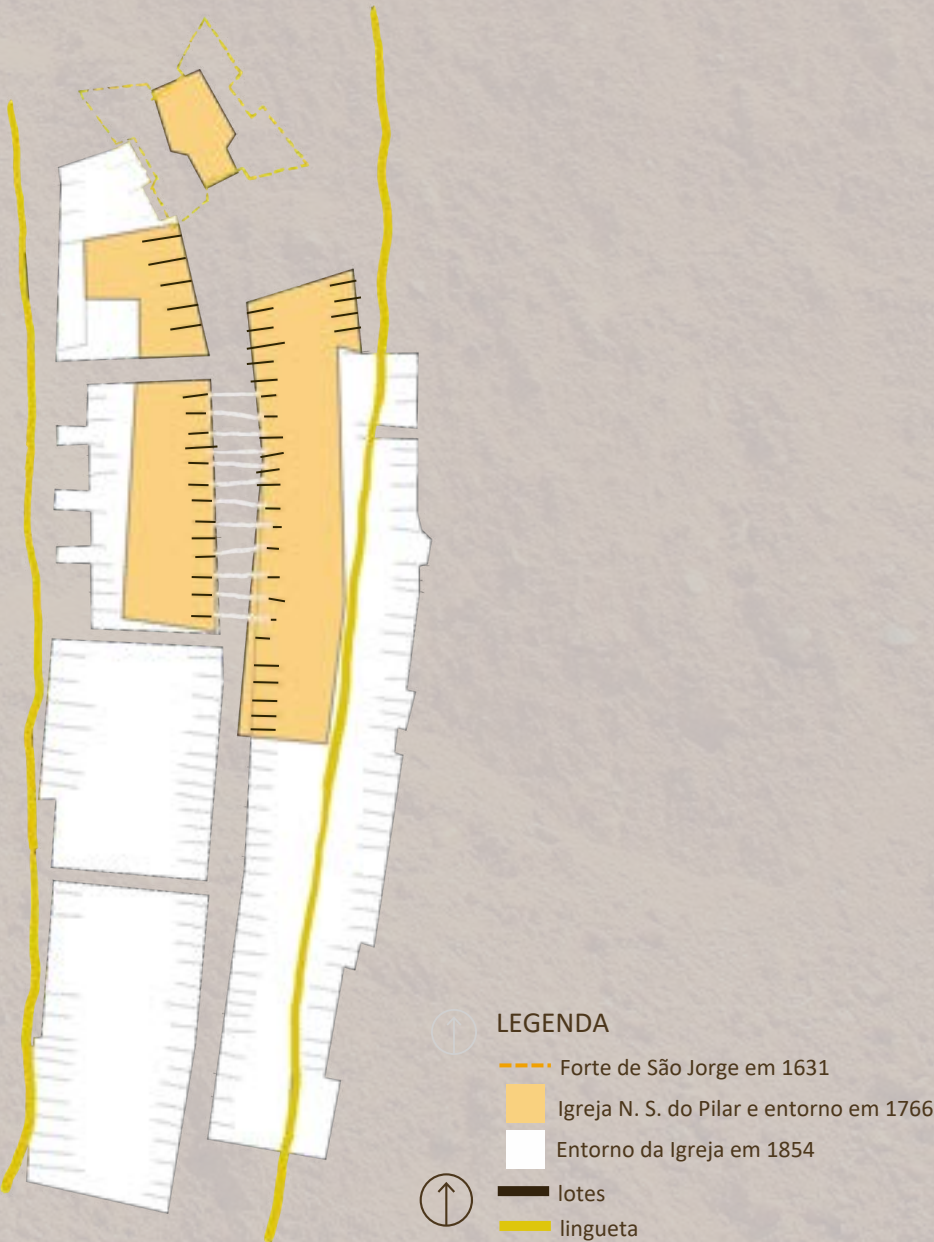
Figura 74 -Esquema evidenciando os eixos de visadas



Fonte: AgenciaJCMazella. Adaptado pela autora, 2023.

Foram utilizados dois partidos arquitetônicos. O primeiro surgiu com a identificação de dois importantes eixos para a conformação do projeto, nomeados como Porta do Brum e Porta do Pilar, em referência à antiga Porta da Terra da Cidade Maurícia. A Porta do Brum surgiu a partir da observação da existência de um eixo de visada para o Forte do Brum através da Rua Bernardo Vieira de Melo. A partir disso, definiu-se a criação de um segundo eixo em função da Igreja do Pilar. Esses dois eixos também direcionam o percurso dos visitantes em direção à Igreja e às ruínas. Cabe mencionar que a Rua Bernardo Vieira de Melo se encontra obstruída por ocupações e pelo muro da Fábrica do Pilar, que devem ser removidos.

Figura 75 -Esquema de sobreposição dos mapas de diferentes períodos



Fonte: Mapas de levantamento da cidade do Recife por Douglas Fox, 1906. Memória do Recife, Prefeitura do Recife. Adaptado pela autora, 2023.

A coberta do mercado (1) foi inserida na região central do terreno e desenhada em função dos eixos definidos, cujo volume foi definido para criar visadas para as Portas do Pilar e do Brum. Esteticamente, a coberta faz referência à embarcações, remetendo à proximidade com o mar, quando existia a lingueta.

Em torno das ruínas (2), criou-se um deck de madeira, garantindo-lhe protagonismo. Como estratégia de conservação das ruínas, esse piso foi elevado, conformando-se como uma plataforma, sem tocar as estruturas do forte. No entanto, próximo à Igreja, ele rebaixa, mantendo o nível da rua, a fim de preservar a soberania da Igreja, que, segundo o IPHAN, é Monumento nacional inscrito nos Livros de Tombo Histórico e de Belas Artes. A plataforma elevada não ultrapassa o nível da escadaria da Igreja.

O segundo partido foi definido com base no levantamento histórico das ocupações anteriores, a partir de mapas e fotos que revelaram o loteamento das quadras 45 e 46 em períodos anteriores. Dessa forma, o agenciamento do piso foi norteado pela antiga malha urbana da área. Na região onde se localizava o Forte de São Jorge, próximo a suas ruínas (4), seguiu-se a angulação dos baluartes do forte para o desenho de piso. Mais uma vez em respeito à monumentalidade da Igreja, optou-se por uma intervenção de piso mais discreta em frente a esta.

Em relação à malha viária, as ruas que contornam o terreno foram transformadas em ruas compartilhadas, com o uso de balizadores, uma vez que este se encontra na porção central do bairro, rodeado por equipamentos públicos. A Rua do Ocidente (5) e a Rua da Primavera (6), que ligam o recorte à rua Cais do Apolo, onde se concentram as paradas de ônibus da área, foram transformadas em ruas compartilhadas por toda a sua extensão. Essa intervenção também tem o objetivo de atrair os pedestres dessa rua para o mercado, além de prever a manutenção da baixa circulação de veículos no recorte. Ainda, a Rua do Ocidente, por sua localização estratégica, foi definida como acesso de caminhões de carga e descarga para o setor de serviço do mercado (7), que depois saem pela Rua Projetada. Na rua de São Jorge e na Rua Bernardo Vieira de Melo, se encontram os estacionamentos (8).

Figura 76 - Estudo de incidência de sol e ventos.

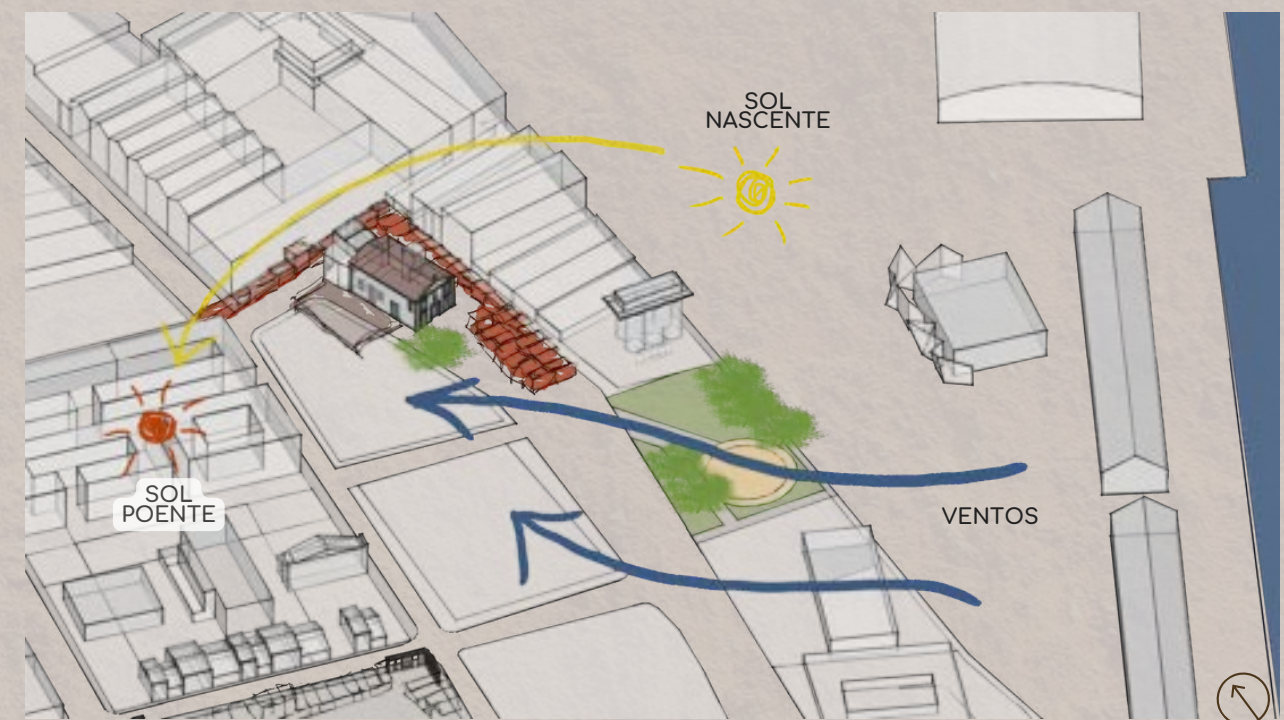
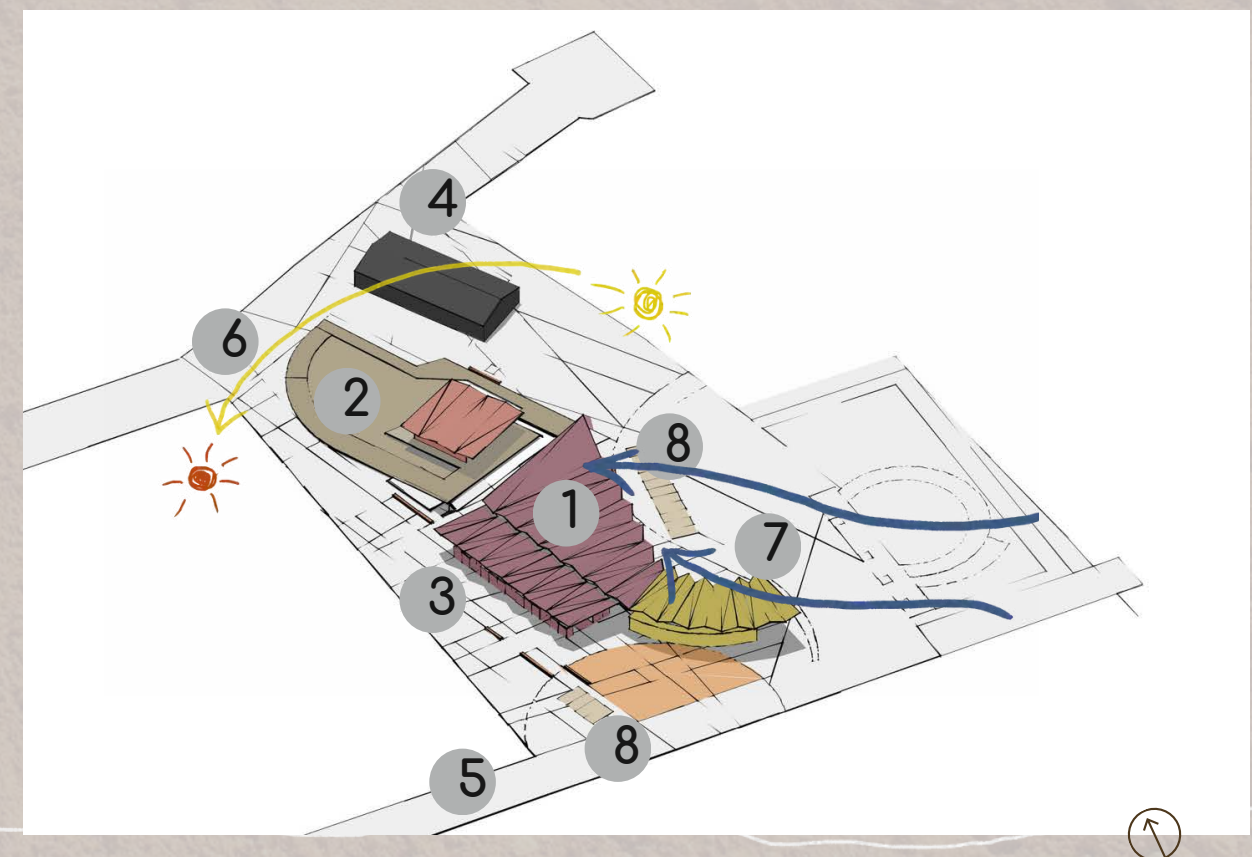


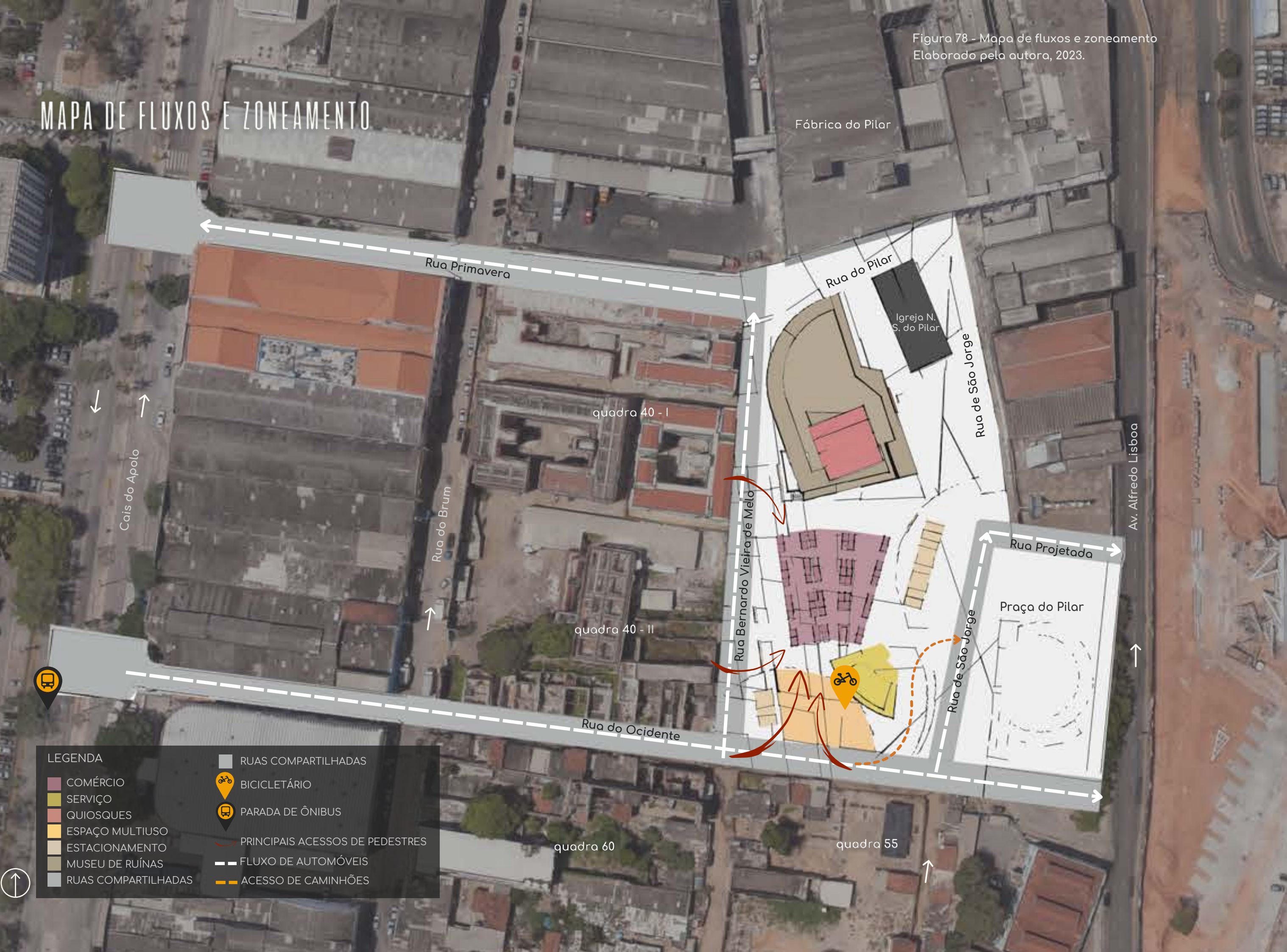
Figura 77 - Esquema de concepção



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 78 - Mapa de fluxos e zoneamento
Elaborado pela autora, 2023.

MAPA DE FLUXOS E ZONEAMENTO



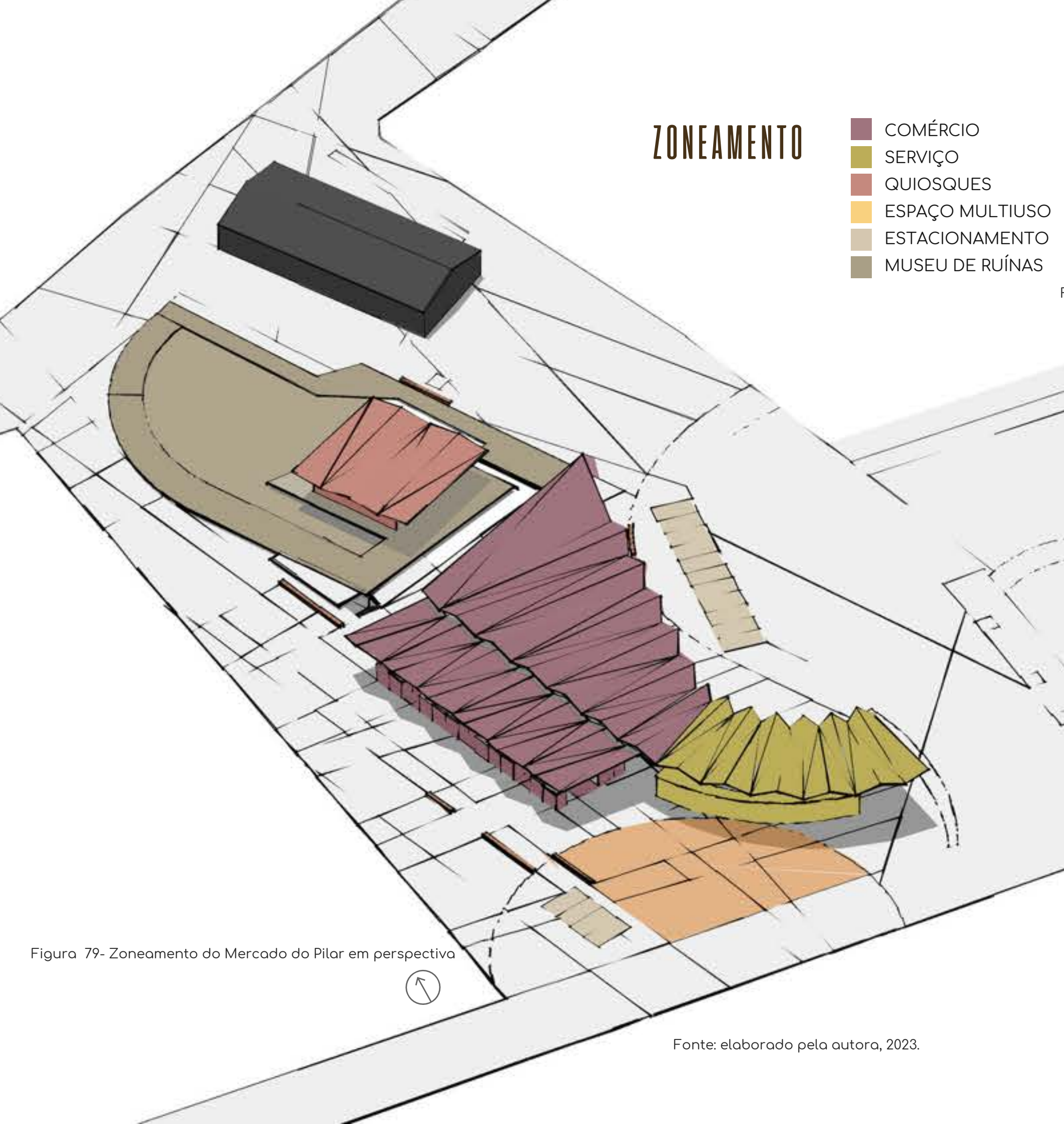


Figura 79- Zoneamento do Mercado do Pilar em perspectiva



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

ZONEAMENTO

- COMÉRCIO
- SERVIÇO
- QUIOSQUES
- ESPAÇO MULTIUSO
- ESTACIONAMENTO
- MUSEU DE RUÍNAS

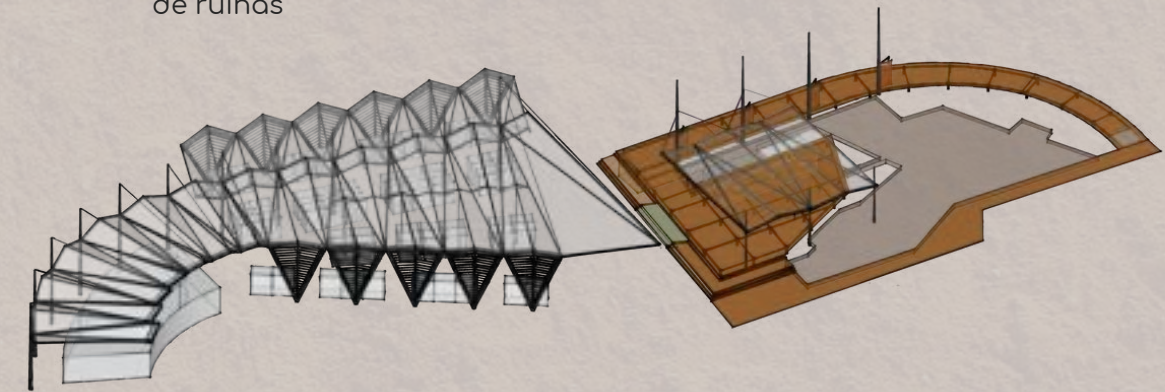
Figura 80 - Zoneamento do Mercado do Pilar em planta baixa



Após o estudo dos fluxos, determinou-se o zoneamento do bloco de serviço, em um trecho próximo à Rua Projetada, servindo como saída dos veículos de carga e descarga em direção à Avenida Alfredo Lisboa (PE-001). Em relação à volumetria, após alguns estudos, chegou-se em uma forma curva, em integração ao traçado da Praça do Pilar, que também define a forma da cobertura do mercado.

A fim de aproveitar a plataforma suspensa e explorar a multiplicidade de usos, esta foi destinada também a abrigar os quiosques e a área de mesas, onde as pessoas podem permanecer por um tempo mais prolongado enquanto contemplam as ruínas. Esse espaço também foi escolhido para abrigar os banheiros do equipamento, que foram semienterrados no trecho que não possui estruturas do forte em ruínas, permitindo que o espaço sob a coberta ficasse mais livre para a instalação dos boxes.

Os pilares metálicos que sustentam a coberta compõem o caminho até o museu de ruínas, guiando o indivíduo a subir na plataforma e passear em torno dos achados arqueológicos, que são acessados por uma pequena escadaria e por uma rampa. A medida que “sobem” no piso suspenso, os pilares carregam painéis expositores em forma de portas que contam a história do lugar. Ainda, atrás dos quiosques, há caixas expositoras onde podem ser colocados achados arqueológicos do sítio arqueológico do Pilar ou um mural de fotos e mapas históricos. Também existem algumas “portas expositoras” espalhadas pelo entorno do mercado, com fotos que permitem a comparação entre a paisagem do passado e a do presente.



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

“Internamente o sistema de drenagem natural é composto por drenos sub-superficiais e um dreno central profundo em cada compartimento. Este sistema consiste basicamente em um renivelamento dos pisos das ruínas, de forma a orientar o fluxo da água em direção ao centro dos mesmos, ou seja, através de caimento do terreno das paredes para o centro, onde seria instalado um dreno profundo com tubo operculado. Desta forma a água não acumularia nos perímetros internos e externos das paredes evitando danos e degradações oriundas da umidade” (Mello, 2006).

Figura 82 - esquema do procedimento de drenagem

Fonte: Mello (2006)

Figura 83 - Acesso principal do mercado



Figura 84 - Acesso principal do mercado e exemplo de atividade para o espaço multiuso



Figuras 85 à 88 - Perspectivas



Figura 89 - Perspectiva



Figuras 90 à 93 - Perspectivas



Figura 94 - Perspectiva



Figura 95 - Perspectiva



Figura 96 - Implantação do projeto

ZONEAMENTO

- 1.COMÉRCIO
- 2.SERVIÇO
- 3.QUIOSQUES
- 4.ESPAÇO MULTIUSO
- 5.ESTACIONAMENTO
- 6.MUSEU DE RUÍNAS

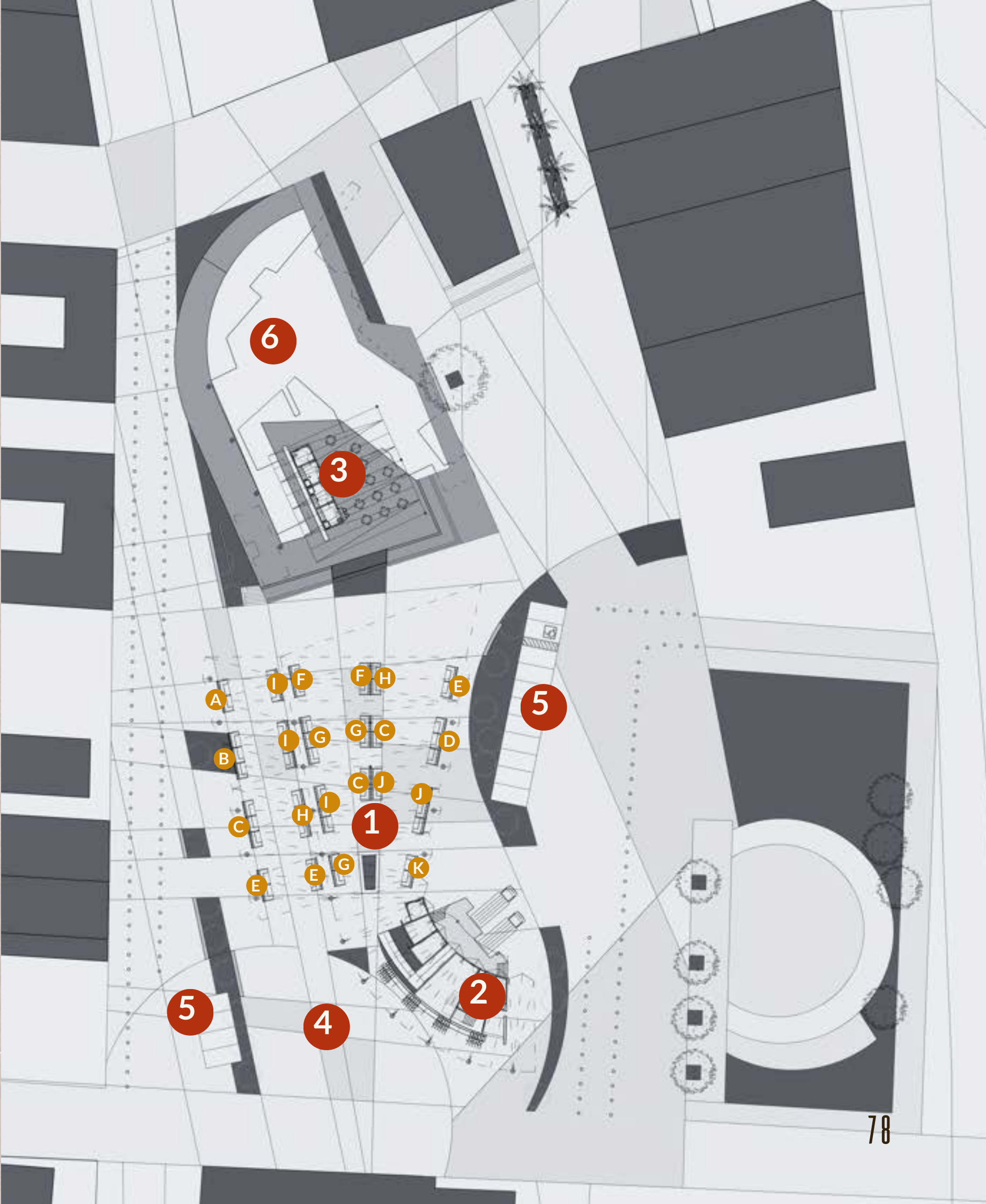
- A. GRÃOS
- B. TEMPEROS
- C. FRUTAS
- D. LATICÍNIOS
- E. COMIDA
- F. ARTESANATO
- G. PLANTAS
- H. UTILITÁRIOS
- I. VERDURAS
- J. CARNE
- K. PEIXE

ÁREA CONSTRUÍDA QUIOSQUE: 8,95m²
ÁREA CONSTRUÍDA BOXE: 3,30m²
ÁREA CONSTRUÍDA BLOCO SERV.: 250m²
ÁREA COBERTA MERCADO: 1.112m²
ÁREA COBERTA ÁREA DE MESAS: 263m²

ÁREA DE COBERTA MERCADO 1.112m²
área coberta quiosques 263m²
área construída bloco de serviço 250m²



Fonte: elaborado pela autora, 2023.



1. COMÉRCIO
2. SERVIÇO
3. SERVIÇO
4. ESPAÇO MULTIUSO
5. ESTACIONAMENTO

ESTACIONAMENTO

6

RUÍN

PROJ. RUÍNA PISO

A scale bar with markings at 0, 5, 10, and 20m.

LEGENDA

- | | |
|-------------|--------------------|
| 1.COMÉRCIO | 4. ESPAÇO MULTIUSO |
| 2.SERVIÇO | 5. ESTACIONAMENTO |
| 3.QUIOSQUES | 6. MUSEU DE RUÍNAS |



Figura 98- Estrutura da coberta do mercado

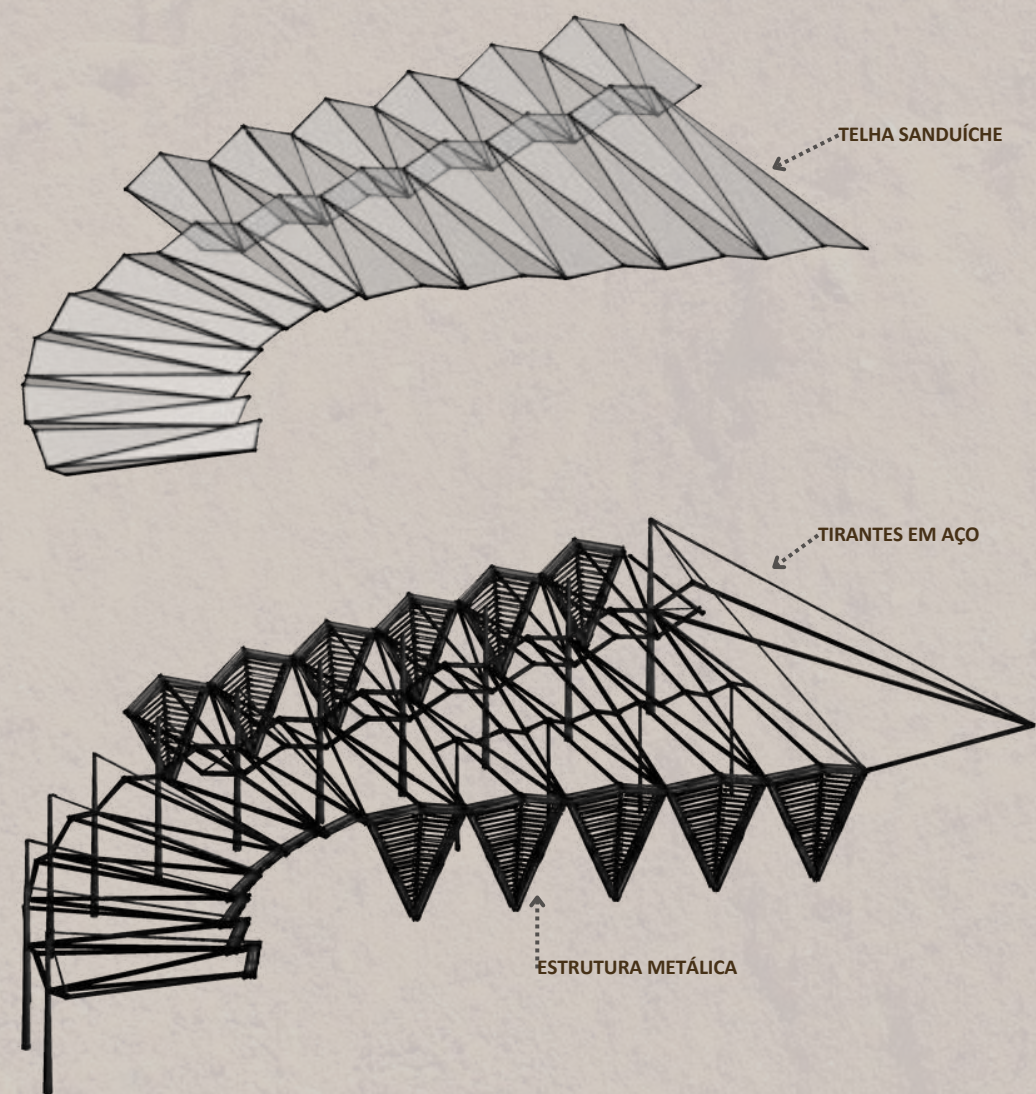


Figura 99 - Estruturas da coberta e piso elevado do pátio de quiosques

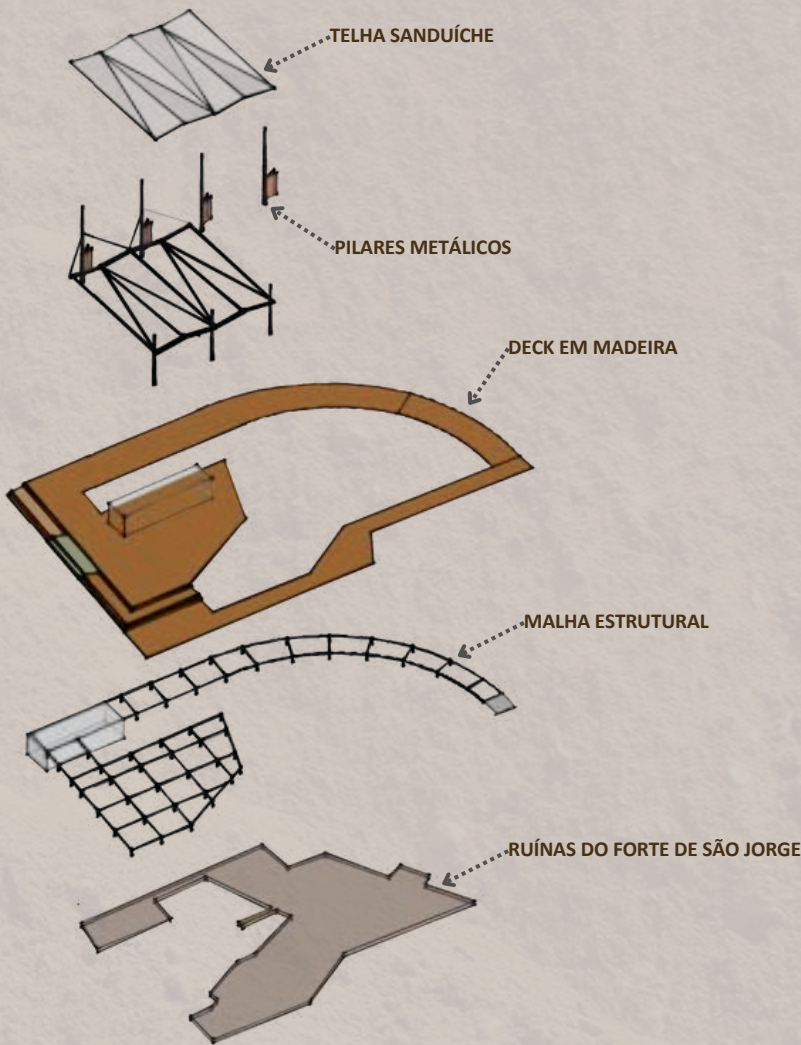


Figura 100 - Mobiliário urbano

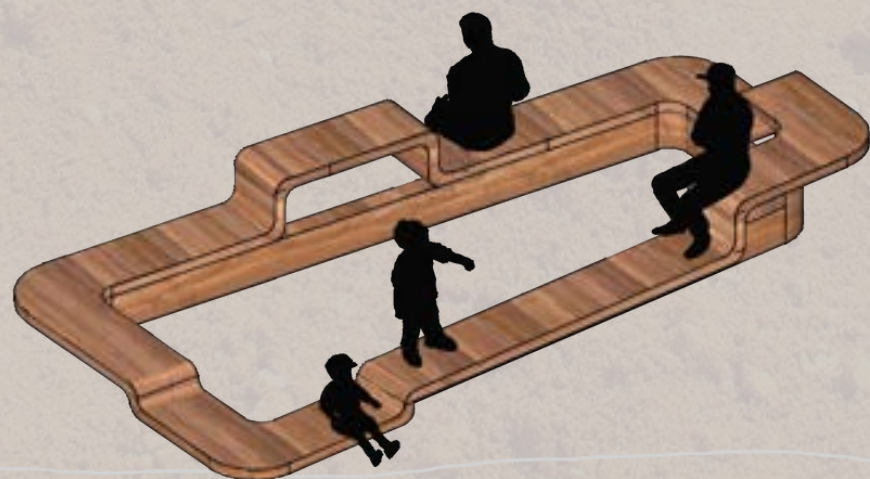
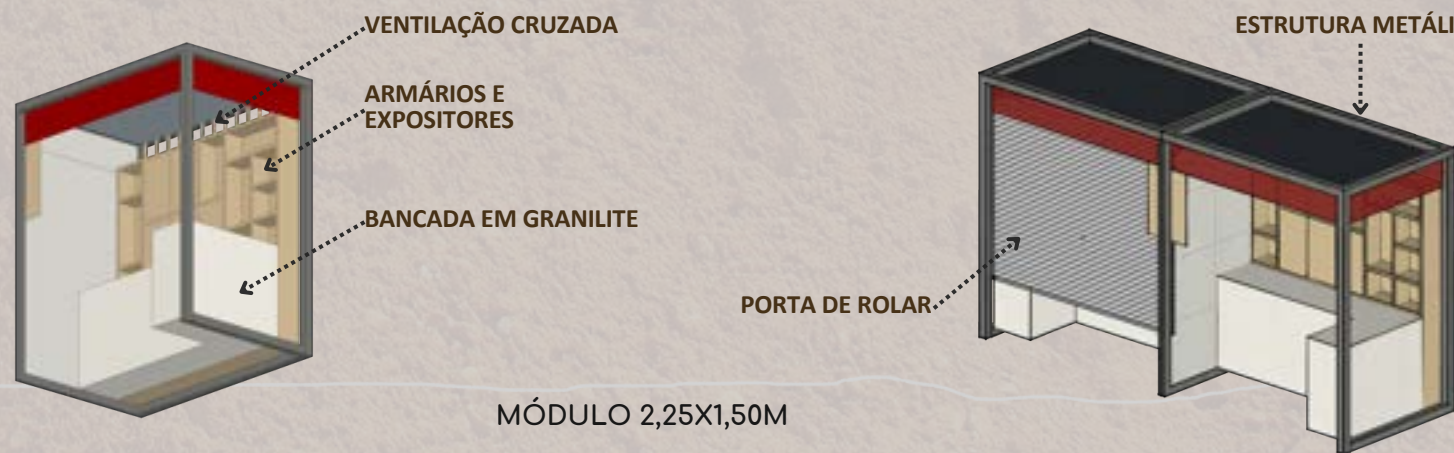


Figura 101 - Boxes do mercado



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse da autora pelo estudo da arquitetura, urbanismo, história e sociedade, motivou a elaboração deste trabalho, que busca, a partir da capacidade resolutiva da arquitetura, proporcionar a apropriação dos espaços públicos pelas pessoas. Dentre as inúmeras possibilidades, o Bairro do Recife despontou como uma grande oportunidade de analisar as diversas camadas que compõem a atmosfera da região, que reúne, de forma enriquecida, todos os interesses inicialmente citados. Isso porque, confinado em meio às belezas que saltam aos olhos, existe um lugar apagado e esquecido, a Comunidade do Pilar, repleto de barraqueiros, ambulantes e diversos outros trabalhadores que garantem, há décadas, a estrutura necessária para que o turismo aconteça no entorno, sem receber o básico que lhes é de direito: um espaço digno para viverem.

Dessa forma, foi possível concluir que a inserção de um mercado público, espaço caracterizado por proporcionar trocas entre pessoas, garantiria a apropriação do lugar pela população, servindo de elo entre a comunidade e o restante do bairro. Assim, além de garantir ambientes de encontros, trabalho e lazer, o uso proposto foi capaz de transformar a paisagem de forma agregadora, proporcionando, ainda, a conservação dos patrimônios materiais e imateriais da comunidade. Foi possível, ainda, contribuir para a desmistificação da ideia de “mercados públicos”, deturpada ao longo dos anos.

Em suma, observa-se que, com a utilização de formas e técnicas construtivas contemporâneas que respeitassem a identidade arquitetônica e as necessidades dos moradores da área, foi possível conectar presente e passado de forma agregadora.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

Vargas, H. C. O comércio e os serviços varejistas: principais agentes e sua inserção urbana. Revista GEOUSP Espaço e Tempo. N 8 FFLCH-USP/Humanitas, p 77-87. dezembro/2000.

Cavalcanti, Murilo. As lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência mundial. Recife: INTG, 2013. 192p. : il. – (Gestão de cidades)

Melo, Isaac Lopes Garcia de. Processo de formação do registro arqueológico do habitacional Pilar, Bairro do Recife, Recife-PE. Programa de pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Lubambo, Cátia Wanderley. O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

Nery, N. S.; Castilho, C. J. M. de. A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. Humanae, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008.

Zancheti, S. M; Lacerda, N. A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do Caso do Bairro do Recife. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 1, p 8-24, jan-mar 1999.

Lacerda, Norma. Intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646. set./dez. 2007.

Alves, Rosangela Bezerra. Primeiras ocupações residenciais da Rua de São Jorge no Bairro do Recife: um estudo das estruturas arqueológicas/arquitetônicas da quadra 55 na área do Pilar, Recife - PE. Programa de pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Menezes, J. L. M. A ocupação do Recife numa perspectiva histórica. Série História do Nordeste, vol. 1, nº 14. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

Silva, Diego Vernille de. Mercados Públicos em São Paulo: arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Programa de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2017.

Scocuglia, J. B. C. Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Programa de pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. Editora Universitária UFPB, 2010.

Santos, Amanda Pereira. Acumulação por despossessão vista cartograficamente: A Comunidade do Pilar. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

Mendonça, Julianne. Forte do Picão: a resistência da capitania destruída em nome do “progresso”. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Publicado em: Ago. 2019. Disponível em: <https://www.ufrpe.br/br/content/forte-do-pic%C3%A3o-resist%C3%A2ncia-da-capitania-destru%C3%ADda-em-nome-do-%E2%80%9Cprogresso%E2%80%9D>. Acesso em: 03 jul. 2023.

Alianças para transformação urbana. Pesquisa comunitária - Comunidade do Pilar - Recife-PE. Aliança pelo centro do Recife. Universidade das Nações Unidas, Instituto de Meio Ambiente e Segurança Humana, 2023. Disponível em: <<https://urbancoalitions.org/pt-br/recursos/publicacoes/pesquisa-comunitaria-da-comunidade-do-pilar>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

Moraes, Katarina. Com descoberta arqueológica, projeto do atrasado Habitacional do Pilar, no Bairro do Recife, pode ser modificado. Jornal do Commercio, Recife, 14 Mar. 2022.

Vilela, Carneiro. A emparedada da Rua Nova. 5ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2013. 518p.

Vieira, N. M.; Maranhão, H.; Vieira, M. L. Práticas intervencionistas no patrimônio edificado do Rio Grande do Norte: da reconstrução mimética a uma abordagem crítica. O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador, 26 a 29 de novembro de 2013.

Yamamoto, André. R. P. I. Reconstruindo o Mercado Público de Florianópolis. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984-3968, v.1, n.1, 2008.

Fontes, A. S.; Galarce, F. E. Voa Barcelona: Viagem de Observação Arquitetônica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2022. 400p.

Vieira, N. M. Autenticidade x Exploração imagética do patrimônio cultural. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: CD da 25ª reunião brasileira de antropologia, 11 a 14 de junho. Goiânia. Goiás. Brasil, 2006. Revisado em junho de 2007.

Mello, U. A. Ruínas da Baleia - Praia do Forte - Bahia: Resgate e Consolidação. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

Gomes, Juliana Drahomiro. Um Mercado na Encruzilhada: As transformações e permanências de um antigo equipamento comercial frente as urgências do século XXI. Programa de pós-graduação em desenvolvimento urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

Encarte rotas do patrimônio: Uma viagem através da história. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com o Programa Monumenta- BID. Recife, 2018.

Conheça o Porto Digital, o maior parque tecnológico urbano e aberto do Brasil. Disponível em: <<https://www.portodigital.org/noticias/conheca-o-porto-digital-o-maior-parque-tecnologico-urbano-e-aberto-do-brasil>>. Publicado em: mar. 2022. Acesso em: 27 ago. 2023.

O porto e a cidade. Disponível em: <https://www.portodorecife.pe.gov.br/porto_cidade.php>. Acesso em: 27 ago. 2023.

Melo, Jamildo. Boa notícia. Principal projeto de retrofit do Nordeste, Moinho Recife abre as portas em agosto. Jornal do Commercio, Recife, 18 Abr. 2022. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2022/04/14994974-boua-noticia-principal-projeto-de-retrofit-do-nordeste-moinho-recife-abre-as-portas-em-agosto.html>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Castilho, Fernando. Apartamentos dentro de silos de trigo no Antigo Moinho Recife são vendidos em 10 dias. Confira imagens do projeto. Jornal do Commercio, Recife, 4 Jun. 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2021/06/12132143-apartamentos-dentro-de-antigo-silo-de-trigo-no-recife-antigo-sao-vendidos-em-10-dias.html>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Recife vai receber o primeiro coliving do Brasil, com investimentos de R\$ 55 milhões. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Inovação. Prefeitura do Recife. Disponível em: <<https://desenvolvimentoeconomico.recife.pe.gov.br/yolo-coliving>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

El Born Centre de Cultura i Memòria. Passaporte BCN. Mercat del Born. Disponível em: <<https://www.passaportebcn.com/mercat-del-born/>>. Acesso em 11 jul. 2023.

Malha Municipal. Acesso ao Produto, 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibmge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em 02 set. 2023.

Área Urbana: Conjuntos de Dados. Portal de Dados Abertos da Cidade - Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Prefeitura do Recife. Disponível em: <http://dados.recife.pe.gov.br/pt_BR/dataset/area-urbana>. Atualizado em 15 set. 2023. Acesso em: 16 set. 2023.

APÊNDICE



N
PLANTA DE COBERTA
ESC.: 1:500

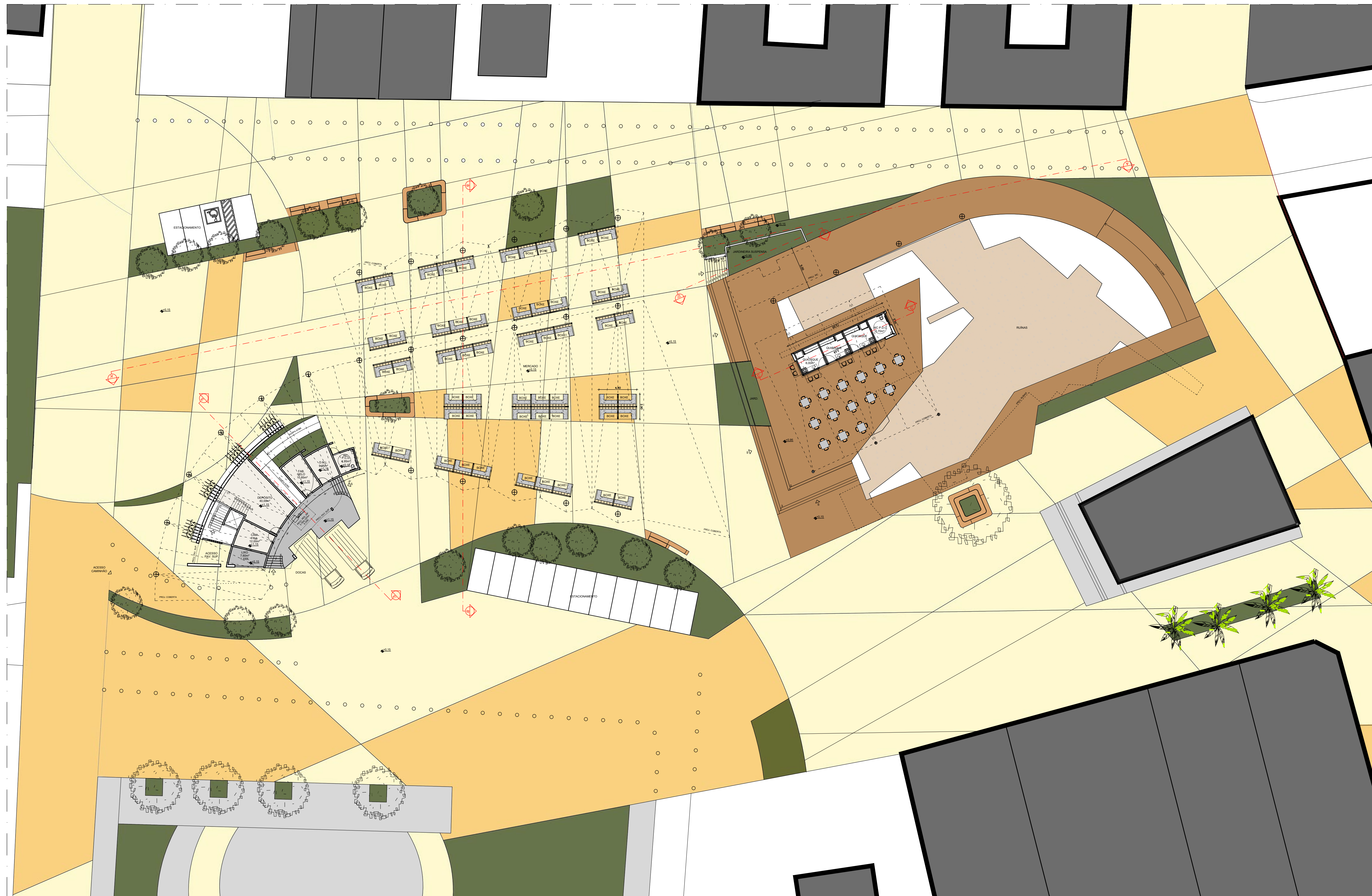


N
PLANTA BAIXA TÉRREO
ESC.: 1:500

LEGENDA	
	ÁRVORES EXISTENTES
	ÁRVORES PROPOSTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALUNA: RAFAELA ASCOLI	PROJETO: MERCADO PÚBLICO DO PILAR	DATA: 02/10/23	PRANCHA: 01/05
ASSUNTO: PLANTA DE COBERTA E PLANTA BAIXA TÉRREO	ESCALA: 1:500		



PLANTA BAIXA TÉRREO
ESC.: 1:200

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

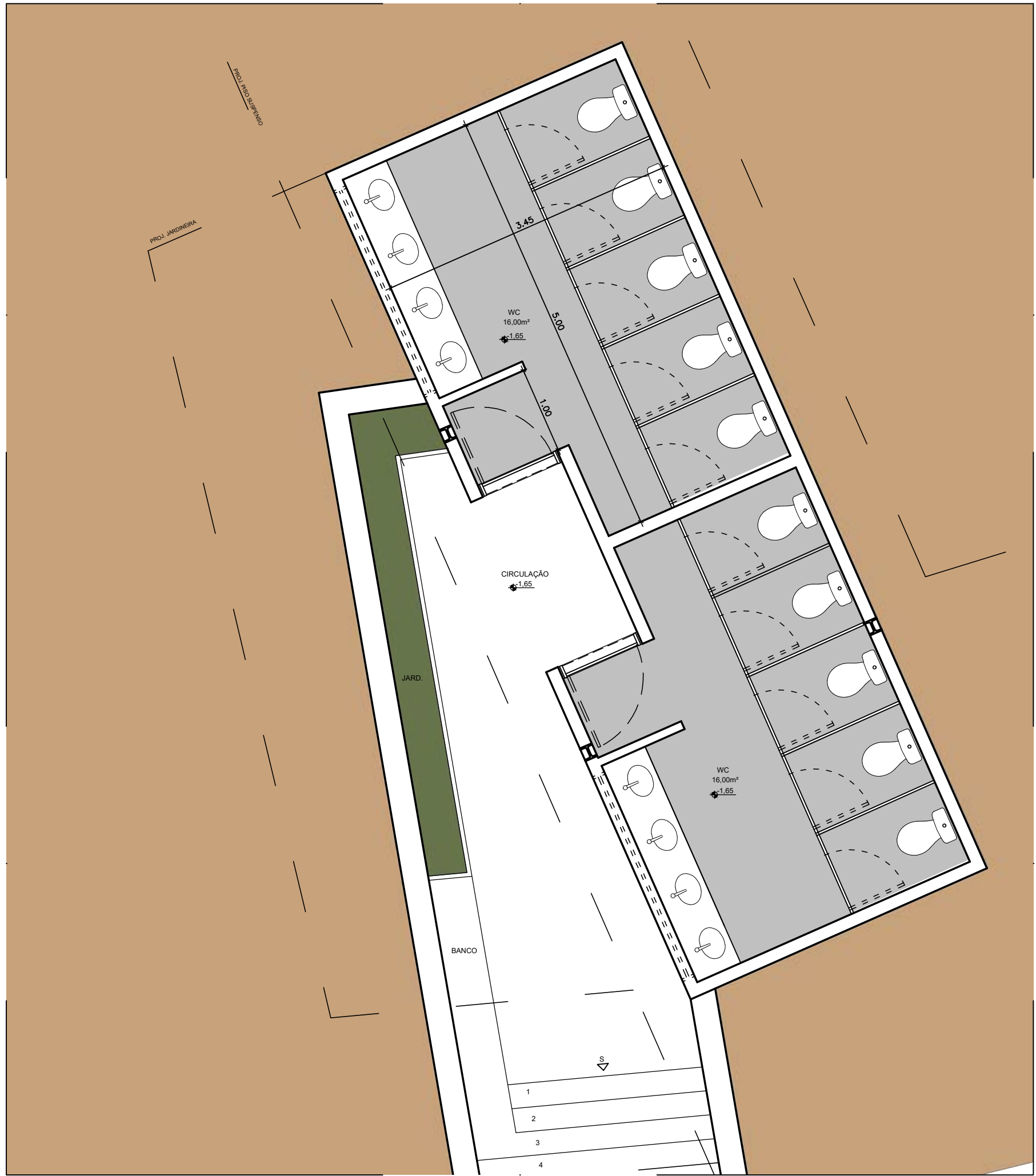
ALUNA:
RAFAELA ASCOLI
ASSUNTO:
PLANTA BAIXA TÉRREO

PROJETO:
MERCADO PÚBLICO DO PILAR
ESCALA:
1:200

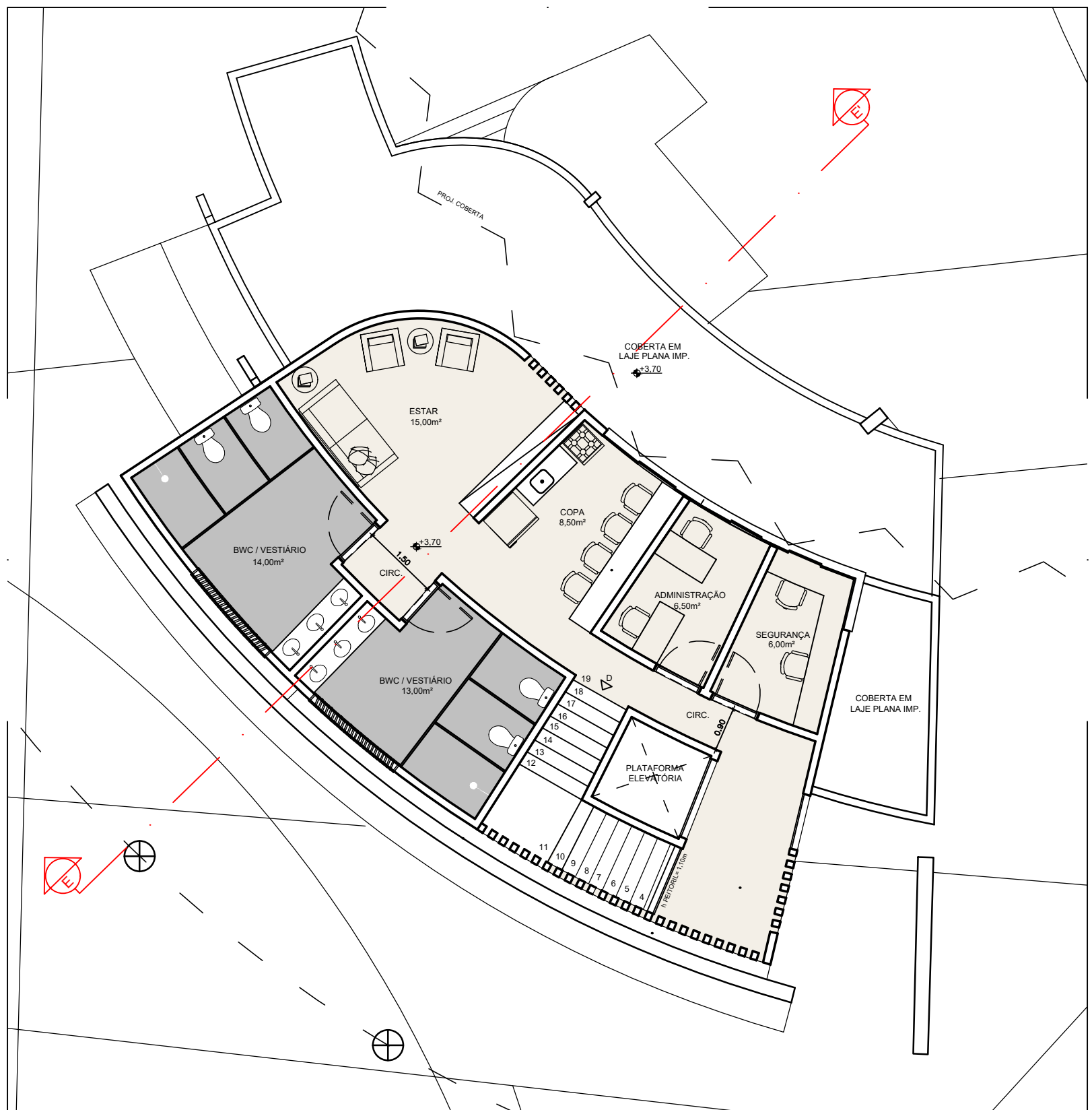
DATA:
02/10/23
PRANCHA:
02/05



N
PLANTA BAIXA MUSEU DE RUÍNAS E PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO
ESC.: 1:100



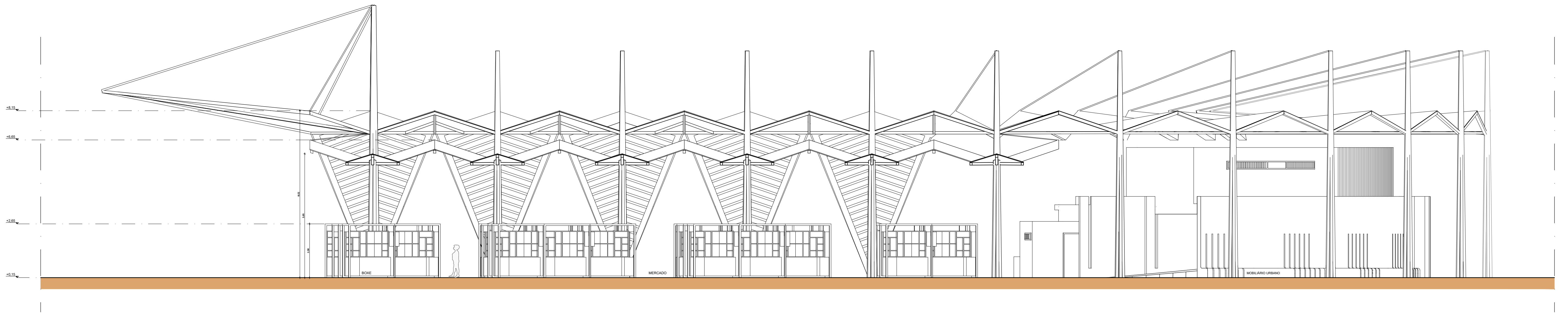
N
PLANTA BAIXA WC
ESC.: 1:100



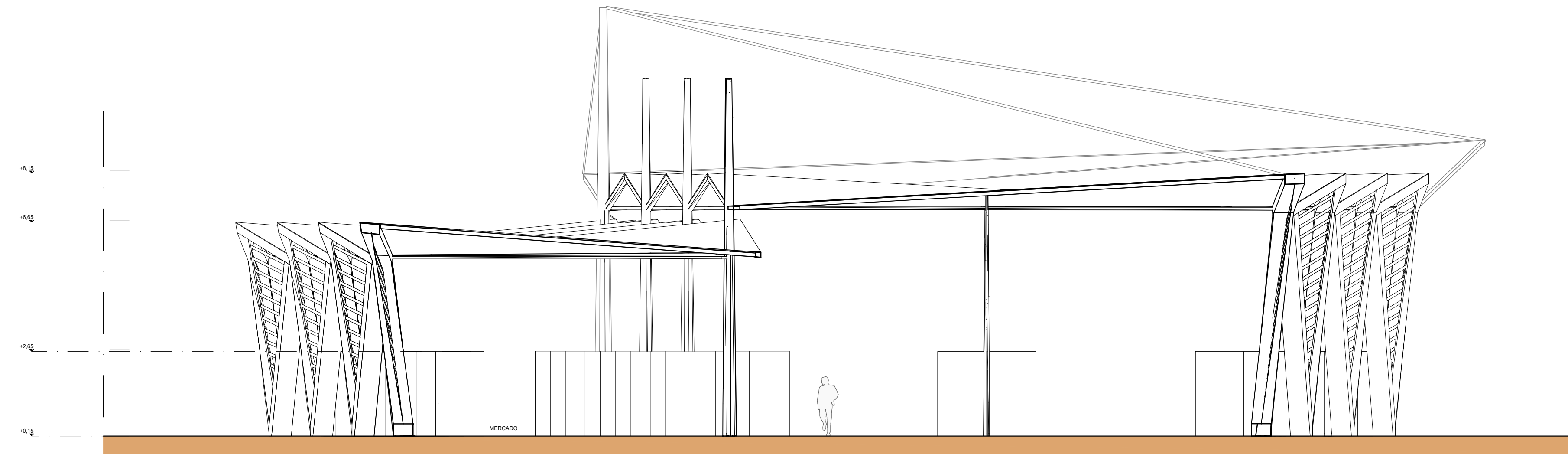
N
PLANTA BAIXA BLOCO DE SERVIÇO - 1º PAVIMENTO
ESC.: 1:100

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

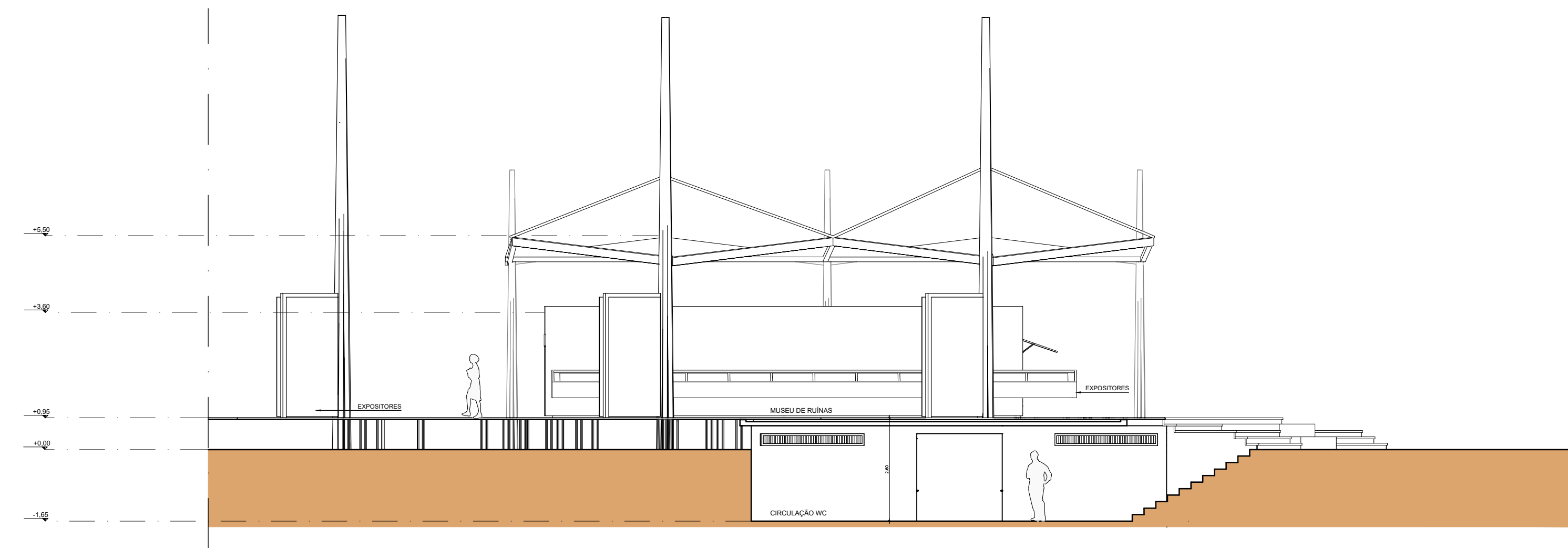
ALUNA: RAFAELA ASCOLI	PROJETO: MERCADO PÚBLICO DO PILAR	DATA: 02/10/23	PRANCHA: 03/05
ASSUNTO: PLANTAS BAIXAS		ESCALA: 1:100	



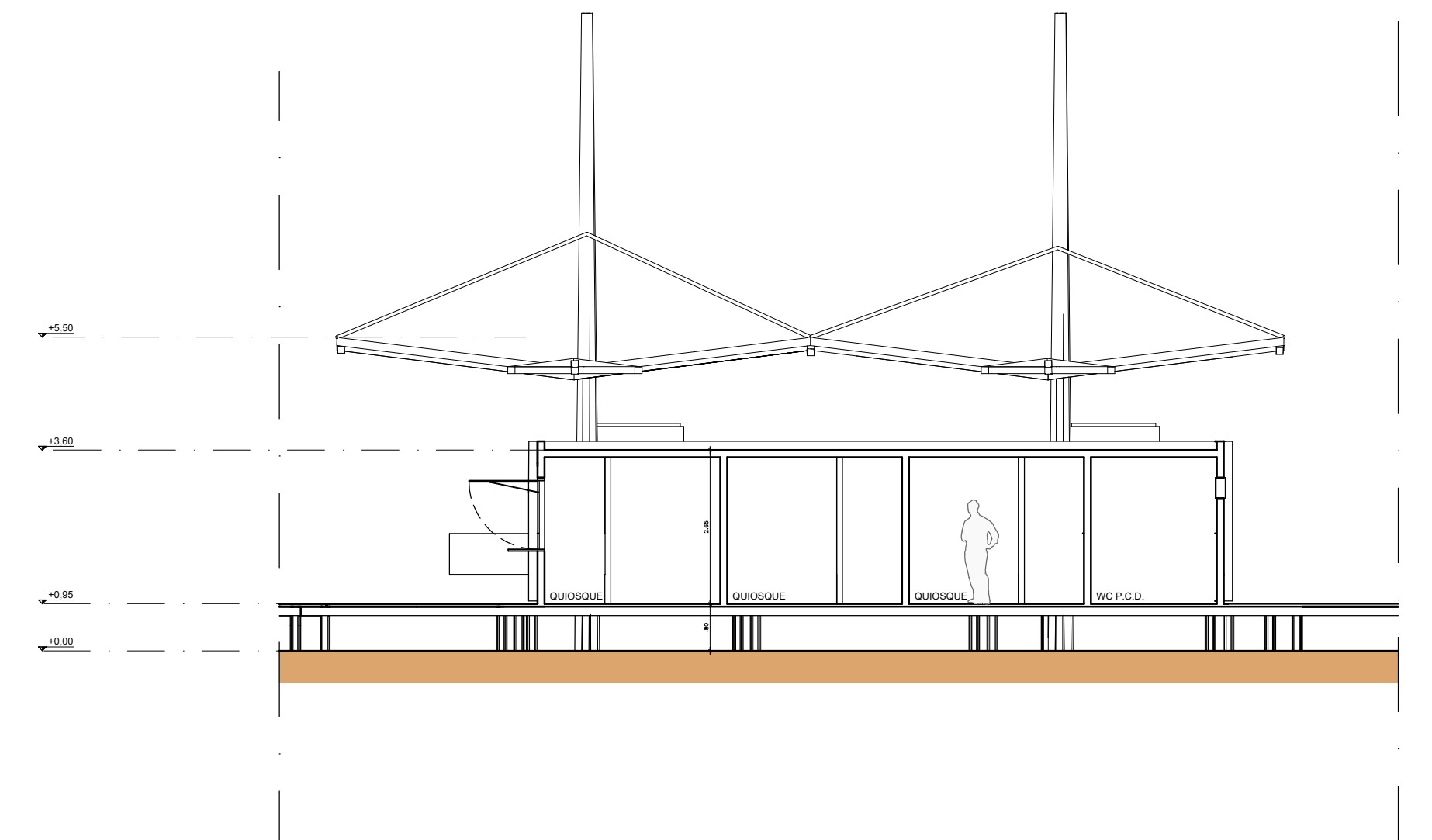
CORTE AA'
ESC.: 1:100



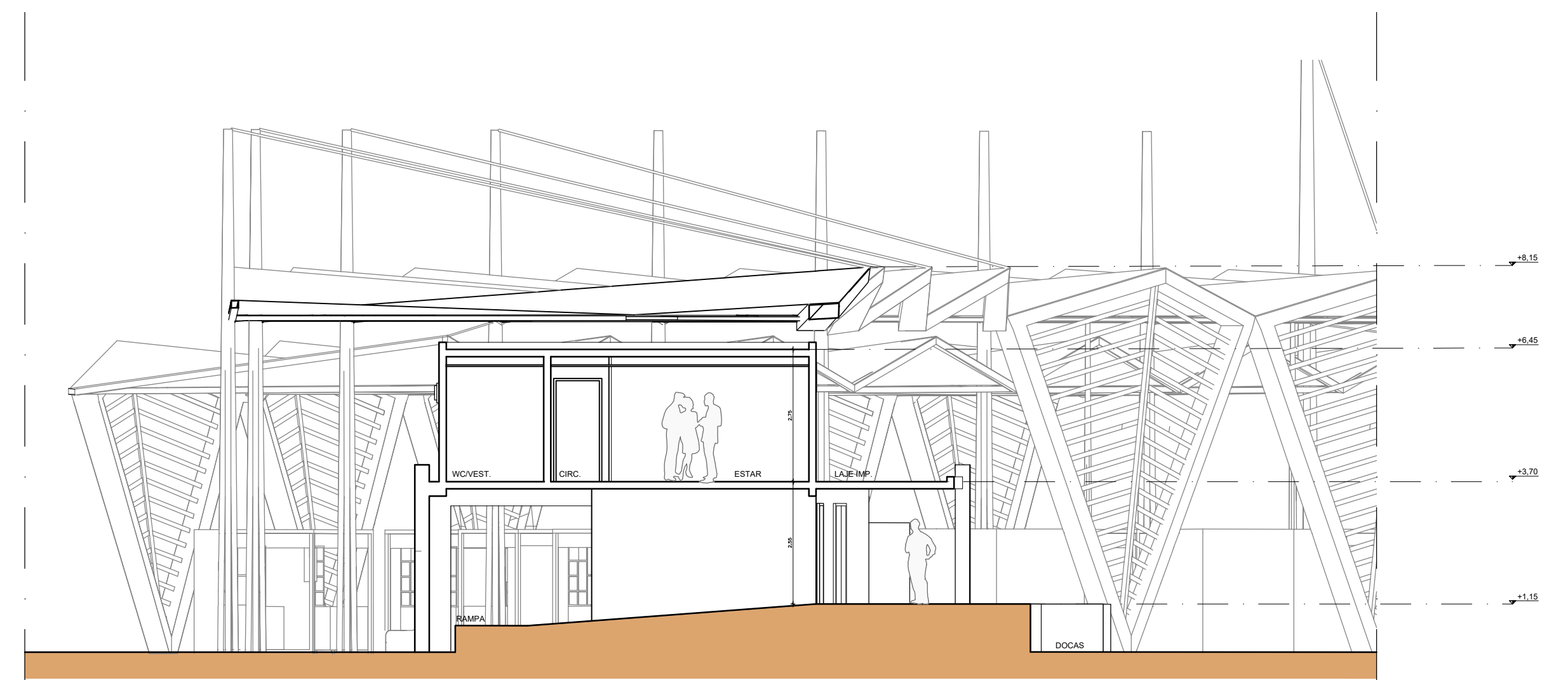
CORTE BB'
ESC.: 1:100



CORTE DD'
ESC.: 1:100



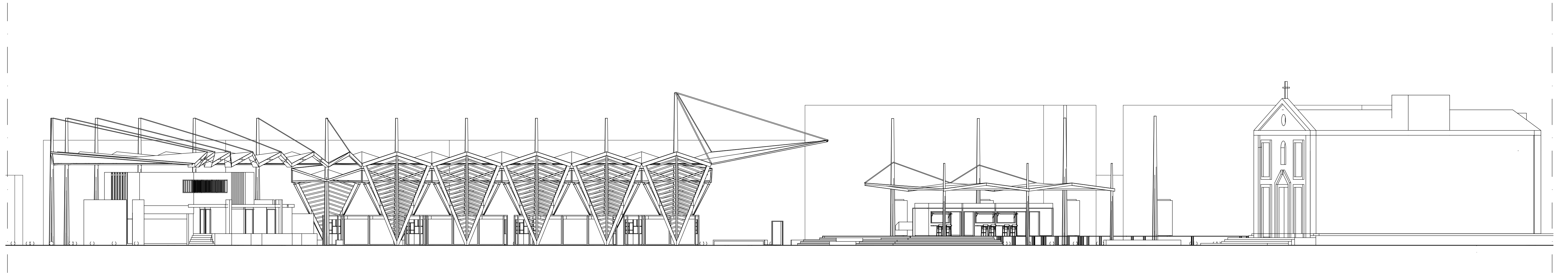
CORTE CC'
ESC.: 1:100



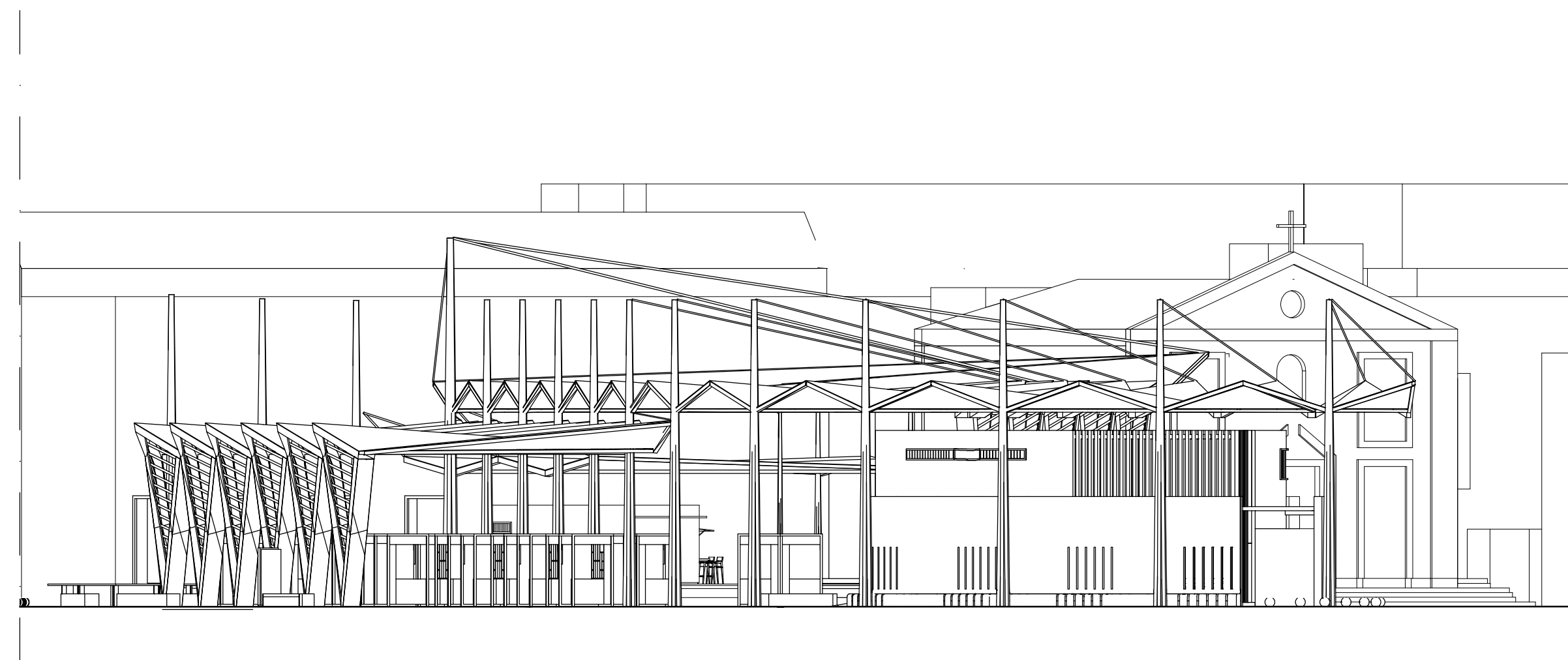
CORTE EE'
ESC.: 1:100

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALUNA: RAFAELA ASCOLI	PROJETO: MERCADO PÚBLICO DO PILAR	DATA: 02/10/23	PRANCHA: 04/05
ASSUNTO: CORTES		ESCALA: 1:100	



FACHADA LESTE
ESC.: 1:175



FACHADA SUL
ESC.: 1:175